



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA BAHIA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2025
(Processo Administrativo nº 270/2025)

PREÂMBULO

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA - BAHIA, inscrita no CNPJ nº 13.896.758/0001-00, situada na Praça da Bandeira, nº 125, Centro, Várzea da Roça, Estado da Bahia, por meio do Pregoeiro Municipal designado pelo Decreto nº 010/2024, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA - SRP**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/06, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital. Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicados, far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema Eletrônico <https://www.licitanet.com.br>.

VALOR ESTIMADO PARA CONTRATAÇÃO: R\$ 6.644.412,86 (Seis Milhões, Seiscentos e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Doze Reais e Oitenta e Seis Centavos)
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até as 9:00 do dia 13 de agosto de 2025

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 9:00 do dia 13 de agosto de 2025

LOCAL - SÍTIO ELETRÔNICO: <https://www.licitanet.com.br>

EDITAL DISPONÍVEL NOS SÍTIOS: <https://www.licitanet.com.br> e <https://www.varzeadaroca.ba.gov.br/licitacoes>

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.licitanet.com.br> e <https://www.varzeadaroca.ba.gov.br/licitacoes>.

1. OBJETO:



1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA. conforme quantidades e especificações expostas em Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

1.2. A licitação será **POR LOTE**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto e justificativa com critério de julgamento no Termo de Referência.

1.4. DO REGISTRO DE PREÇOS

1.4.1 As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

1.4.2 No caso de licitação por SRP para compra de objeto de que tenha numerosos itens, fica autorizado, desde que justificado a compra parcelada em lotes, visando afastar a possibilidade de inexecutabilidade, ausência de sincronismo dos fornecimentos, não entrega pelos fornecedores, prejudicando a eficiência da operação de controle, e consequentemente a eficácia dos resultados pretendidos.

1.5 INVERSÃO DE FASES

1.5.1 A presente licitação será realizada com inversão de fases, prevista no § 1º DO ART. 17 DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, devendo a habilitação dos licitantes preceder a fase de apresentação das propostas e lances, em busca da melhor prestação dos serviços que compõem o objeto deste certame.

1.5.1.1 A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 17, §1º, permite que a Administração inverta a ordem tradicional das fases da licitação, iniciando o processo pela habilitação dos licitantes, antes da análise das propostas, desde que haja uma justificativa clara e fundamentada para isso. É justamente com base nesse dispositivo que se propõe a adoção dessa inversão de fases no presente certame.

1.5.1.2 Essa opção tem se mostrado vantajosa porque permite à Administração ganhar tempo e eficiência. Ao analisar primeiro os documentos de habilitação, garantimos que apenas as empresas que realmente atendem a todos os requisitos legais e técnicos sigam para a etapa de



julgamento das propostas. Isso evita que se perca tempo analisando propostas de licitantes que, no fim das contas, seriam desclassificados por problemas na documentação.

1.5.1.3 Além disso, esse formato ajuda a dar mais segurança ao processo, já que reduz o risco de questionamentos e recursos depois do julgamento das propostas — uma situação que costuma atrasar significativamente a conclusão da licitação. Quando já se sabe de antemão quem está habilitado, o processo se torna mais transparente e previsível para todos os participantes.

1.5.1.4 Outro ponto importante é que, ao garantir que só empresas regulares avancem na disputa, conseguimos fomentar uma concorrência mais qualificada e saudável, o que tende a resultar em propostas mais vantajosas para o poder público, reforçando os princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

1.5.1.5 Diante de todos esses benefícios — maior agilidade, menos risco de contestações, mais transparência e melhor qualidade na concorrência —, entende-se que a inversão de fases está plenamente justificada neste caso, sendo a escolha mais adequada para garantir um processo licitatório mais eficiente e seguro.

2. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

2.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta dos recursos financeiros das receitas correntes dos cofres Municipais, descritas no processo de cada solicitação realizada.

2.2. para efeito de estimativa de dotação orçamentária, o orçamento de 2025 prevê os programas orçamentárias que poderão ser absorvidos as despesas estimadas.

2.3. Na forma disposta no art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

3. CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA:

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no <https://www.licitanet.com.br>, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro na plataforma deverá ser feito no <https://www.licitanet.com.br>, no sítio oficial, por meio de certificado/acesso digital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **VÁRZEA DA ROÇA**



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema, implica na responsabilidade do licitante, ou de seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados, diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado, conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no <https://www.licitanet.com.br> e mantê-los atualizados, junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO:

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular, por meio do sítio <https://www.licitanet.com.br>.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado/acesso digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.



- 4.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.5. **Não poderão disputar esta licitação:**
- 4.6. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.7. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.8. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.9. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.10. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 4.11. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 4.12. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 4.13. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 4.14. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;
- 4.15. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.16. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.17. O impedimento de que trata o item 4.9 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.18. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.7 e 4.8 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



- 4.19. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.20. O disposto nos itens 4.7 e 4.8 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.21. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.22. A vedação de que trata o item 4.14 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

5. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1. NA PRESENTE LICITAÇÃO, A FASE DE HABILITAÇÃO IRÁ ANTECEDER AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO.

5.1.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, documentos de habilitação e proposta com o preço incluso, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, exclusivamente até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.2.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;



5.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3.2 ou 5.3.3 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário e total dos itens.**

6.1.2. **Marca e Modelos dos itens (quando houver).**



6.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações e especificação conforme consta no Termo de Referência, Anexo I.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

6.6. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

6.7. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.7.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.7.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.8. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.9. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.10. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.



6.11. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12. **O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.13. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

6.13.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. ABERTURA DA SESSÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS:

7.1. No horário estabelecido neste Edital, o PREGOEIRO abrirá a sessão pública, verificando os **documentos de habilitação e posteriormente as propostas de preços lançadas no sistema**, os quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no edital e termo de referência.

7.2. O PREGOEIRO poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO”** do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos (podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente), DESCLASSIFICANDO, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

7.3. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o PREGOEIRO obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DESCLASSIFICARÁ**.

7.4. O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexecutável, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

7.5. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site **<https://licitanet.com.br/>**, conforme Edital.

- a) Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



- b) O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- c) O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser pré-estabelecido pelo PREGOEIRO via sistema.
- d) O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.6. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até obtenção da melhor proposta.

7.7. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;

- a) Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

7.8. Sendo efetuado lance **manifestamente inexecutável**, o PREGOEIRO poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente.

7.9. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item.

7.10. No caso de desconexão com o PREGOEIRO, no decorrer da etapa competitiva do PREGÃO ELETRÔNICO, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances.

7.11. O PREGOEIRO, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizado.

7.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação no site <https://licitanet.com.br>.

7.13. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.



7.14. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

7.15. Em relação a itens NÃO exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática. O sistema identificará em coluna própria às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.16. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances.

7.17. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18. Caso a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.20. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.21. O disposto no Item 7.15 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

7.22. Havendo eventual empate em igualdade de condições, como critério de desempate, serão aplicados os seguintes critérios:

- a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
- d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.23. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.



7.24. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o **PREGOEIRO** poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, **contraproposta** ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.25. O **PREGOEIRO** solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26. A proposta do licitante classificado em primeiro lugar adequada ao último lance ofertado deverá ser encaminhada no prazo de **02 (DUAS) HORAS NO PRÓPRIO SISTEMA**, a contar da solicitação do **PREGOEIRO** e deverá:

- a) Seguir o modelo constante no ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA, contendo os dados da empresa, item, descrição completa, unidade de medida, quantidade, valor unitário e total, e marca se necessário, validade da proposta, sendo redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- b) Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- c) Deverá anexar junto a Proposta realinhada, catálogo do lote vencedor, para verificação do atendimento quanto as especificações do lote.

7.27. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à CONTRATADA, se for o caso.

7.28. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a CONTRATADA.

7.29. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e, sempre que possível, por extenso.

7.30. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.31. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.



7.32. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8. FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:

8.1. Encerrada a etapa de negociação, **O PREGOEIRO VERIFICARÁ A PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR SE ATENDER AS CONDIÇÕES**, referente à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, conforme previsão do art. 14 da lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela CGU, através do endereço: <https://certidoes.cgu.gov.br/>.**

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado **inabilitado**, por falta de condição de participação.

8.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o estabelecido neste edital.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7. Será **DESCCLASSIFICADA** a proposta vencedora que:

8.7.1. conter vícios insanáveis;

8.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;



- 8.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 8.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 8.8.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 8.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, **desde que não haja majoração do preço.**
- 8.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 8.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.12. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.
- 8.13. A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de **até 02h**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.
- 8.14. A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **VARZEA DA ROÇA**



8.15. Serão **DESCLASSIFICADAS** as propostas mais bem classificadas, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:

8.16.1. contiverem vícios insanáveis;

8.16.2 não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

8.16.3 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.16.4 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

8.16.5 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.16.6 A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no item 8.16.5, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021.

8.16.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.16.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar **DOCUMENTO DIGITAL COMPLEMENTAR, POR MEIO DE FUNCIONALIDADE DISPONÍVEL NO SISTEMA, NO PRAZO DE ATÉ 02:00 HORAS**, sob pena de não aceitação da proposta.8.18

8.16.9 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo

8.17 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

8.17.1 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

8.17.2 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação.

8.17.3 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.17.4 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.17.5 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17.6 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.17.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.



8.17.8 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.17.9 Nos itens para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

O LICITANTE DEVE ATENTAR PARA O LOCAL PRÓPRIO EXISTENTE NO SISTEMA PARA INSERÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PARA QUE OS MESMOS NÃO SEJAM ANEXADOS NO MESMO LOCAL DA PROPOSTA.

9.1. Os serviços têm natureza de comuns, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.2. É vedada a participação de sociedade cooperativa, uma vez que pela natureza do serviço e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, há necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada e posteriormente a documentação referente as propostas por meio do site <https://www.licitanet.com.br/>. Os documentos de habilitação estarão abrangendo à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.3.1 Encerrado o prazo para envio da documentação, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

9.3.1. 1 A aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.3.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.3.3. A apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante;

9.3.4. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos **será realizada no prazo de 30 (trinta) minutos**, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Será admitida a seguinte documentação;

10.1.1. Documentos Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

Será admitida a seguinte documentação;

- c) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- f) No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.
- g) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.2. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU);
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do



Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

g) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede do fornecedor. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

h) Alvará de Licença de Funcionamento, compatível com o objeto desta contratação. Dentro do prazo de validade, caso não conste validade no documento. O pregoeiro só aceitara documentos emitidos com até 1 (um) ano contado na data de apresentação da proposta do pregão.

10.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

10.3.1 será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física não sendo obrigado a apresentação se for pessoa jurídica, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; com prazo de vigência não superior a 30 dias, contados a partir da emissão do documento.

b) Certidão negativa de Concordata e falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor – Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II); com prazo de vigência não superior a 30 dias, contados a partir da emissão do documento.

c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, podendo ser atualizado por índices oficiais, quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data da apresentação da proposta, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A licitante apresentará, conforme o caso, publicação no Diário Oficial ou Jornal de Grande Circulação do Balanço ou cópia reprográfica das páginas do Livro Diário numeradas sequencialmente onde foram transcritos o Balanço e a Demonstração de Resultado, com os respectivos Termos de Abertura e Encerramento registrados na Junta Comercial ou no caso de empresas sujeitas à tributação com base no lucro real, o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado emitido através do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, contendo Recibo de Entrega do Livro, os



Termos de Abertura, Encerramento e Autenticação, podendo este último ser substituído pela Etiqueta da Junta Comercial ou Órgão de Registro.

c.1) Os documentos referidos no item 9.10.2, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, acompanhados da Certidão de Regularidade do Contador (CRC) responsável.

c.2) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação, ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura, conforme artigo 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

c.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.

c.4) Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

c.5) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.6) As empresas, cadastradas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

c.7) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69, caput e §5º, da Lei 14.133/21, pois permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos fornecimentos, objeto desta licitação.

h) Comprovação de possuir na data da apresentação da proposta, capital social integralizado ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento), mediante apresentação da Certidão Simplificada e certidão específica da Junta Comercial da Sede da Licitante, não sendo aceita para comprovação caso a data de emissão tenha mais de 60 dias da data de abertura da sessão do pregão.

10.4. **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E TÉCNICA-OPERACIONAL:**

a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, através da apresentação de atestado de capacidade técnica, fornecido por



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória dos serviços/fornecimento objeto da presente licitação, observando-se que tal (is) atestado(s) não seja(m) emitido(s) pela própria empresa ou por empresa do mesmo grupo empresarial. O atestado deverá conter as seguintes informações:

- Nome, CNPJ e endereço completo do emitente;
- Descrição do(s) produto(s) fornecido ou serviço prestado;
- Nome da empresa que prestou(s) o(s) serviço(s) ou fornecimento(s);
- Data de emissão;
- Assinatura e identificação do signatário (nome e cargo ou função que exerce junto à emitente).

a.1) Os atestados poderão ser diligenciados de acordo com o inciso I do art. 64, da Lei 14.133/21.

b) Atestados de Capacidade Técnica-Profissional, fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, atestando a qualidade dos serviços prestados por cada profissional, compatível com o objeto licitado, juntamente com a Certidão de Acervo Técnico emitido pelo conselho competente, contendo no mínimo registros compatíveis em características técnicas do objeto licitado.

c) Comprovação de Registro no Conselho Regional de Administração do Estado da Bahia, comprovado através de Certidão de Registro e Regularidade da Pessoa Jurídica em nome da licitante, juntamente com o Certificado de Responsabilidade Técnica e Certidão de Regularidade profissional do responsável pertencente ao seu quadro da empresa junto ao CRA, dentro do prazo de validade. Caso a licitante seja sediada em outro estado, deverá ser apresentado o registro secundário emitido pelo CRA-BA.

c.1) Comprovação de que possui em seu quadro permanente, profissional legalmente habilitado em administração de empresas, junto ao Conselho Regional de Administração – CRA. Esta poderá ser:

- a) mediante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social, juntamente com o comprovante de recolhimento dos encargos com no mínimo 90 (noventa) dias;
 - b) Cópia do ato de investidura do cargo ou cópia do Contrato Social, quando se tratar de diretor ou sócio;
 - c) Pelo Certificado de Registro e Quitação da Pessoa Jurídica, onde conste o nome do Profissional com Responsável Técnico da licitante, acompanhado do Certificado de Responsabilidade Técnica do mesmo;
 - d) Cópia do contrato de prestação de serviços.
- d) Prova de Registro e Regularidade de situação da empresa e de seus responsáveis técnicos na Entidade Profissional CREA/CAU com jurisdição na sede do licitante.
- e) Caso o licitante possua registro em outro estado da federação, será obrigatória a apresentação do respectivo **registro secundário** emitido pelo CREA-BA, sendo **vedada a substituição por declarações de compromisso, protocolos de solicitação ou documentos equivalentes**.

A ausência do registro no CREA-BA no momento da habilitação implicará na **inabilitação do licitante**.



10.5. COMPROVAÇÃO QUANTO À CAPACIDADE TÉCNICA-PROFISSIONAL:

a) Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para abertura e realização do certame, profissionais de níveis superior;

- Mínimo 01 (um) Engenheiro sanitarista;
- Mínimo 01 (um) Engenheiro civil;
- Mínimo 01 (um) Engenheiro elétrico.

b) A Comprovação de possuir a Licitante, no seu quadro permanente, profissional referenciado no item anterior, será feita através de;

- Carteira Profissional de Trabalho (C.T.P.S), acompanhada das 03 (três) ultimas guias de recolhimento do FGTS;
- Em se tratando de Sócio ou Diretor, esta comprovação deverá ser feita pelo contrato social em vigor juntada a certidão emitida pelo órgão competente do profissional devidamente atualizada.
- Contrato de Prestação de Serviços, serão aceitos como comprovação de pertencer ao quadro permanente, contratos em regime de prestação de serviços, do responsável Técnico, acompanhado de registro de quitação do profissional no Conselho Profissional Competente.

Observações:

- ☐ **No caso de apresentação de Carteira de Trabalho** - original mais fotocópia ou fotocópia já autenticada das páginas onde constem a foto, dados pessoais, registro da empresa contratante e remuneração atualizada;
- ☐ **No caso de apresentação de ficha de registro de empregados** - na ficha deve constar a foto, dados pessoais, empresa contratante, remuneração, carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo RH (Recursos Humanos) ou Representante Legal da empresa; na ficha deve constar a foto, dados pessoais, empresa contratante, remuneração, carimbo da empresa e assinatura do responsável pelo RH (Recursos Humanos) ou Representante Legal da empresa.
- ☐ **No caso de contrato de prestação de serviços** - obrigatória apresentação de cópia autêntica do contrato constando as assinaturas (contratante e contratado).
- ☐ A licitante deverá apresentar também, autorização (anuência) individual dos responsáveis técnicos (Corpo Técnico), que se responsabilizará pela execução dos serviços, com autorização expressa para sua inclusão na equipe técnica da proponente;
- ☐ Certificado de Cadastro junto ao Ministério do Turismo (CADASTUR), categoria “Prestador de Serviço de Infraestrutura de Apoio para Eventos”, válido e vigente, na forma e nas condições fixadas pela Lei Federal nº. 11.771 de 17/09/2008 e legislação complementar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE **VÁRZEA DA ROÇA**



■ Apresentar Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária do domicílio da sede da licitante, constando os dados da empresa e o nome do Responsável Técnico; (para o item dos banheiros químicos).

■ Apresentar Licença Ambiental, emitida por órgão competente em nome da licitante. Podendo ser substituída pela Declaração de Inexigibilidade de Licenciamento Ambiental, emitida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, em plena validade; (para o item dos banheiros químicos).

10.6. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.6.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através de Sistema de Registro de Preços, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

10.6.2 Para que o objeto da contratação seja atendido, é necessário o atendimento de alguns requisitos mínimos necessários, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, nos termos do artigo 72, da Lei Federal 14.133/2021.

10.6.3 Será exigido, conforme artigo 62 da Lei Federal 14.133/2021, documentos referentes a habilitação jurídica (premissa do artigo 66), habilitação fiscal, social e trabalhista (artigo 68), habilitação econômico-financeira (artigo 69), Qualificação Técnica (artigo 67), todos da mesma legislação (Lei Federal 14.133/2021).

10.6.4 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.6.5 Certidão negativa de protestos de títulos da comarca onde é sediada a Matriz da Licitante e da Administração Municipal.

10.6.6 A certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

10.7. **DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES:**

10.7.1. Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

10.7.2. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

10.7.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021.

10.7.4. Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.



10.7.5. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

10.7.5.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

10.7.5.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.7.5.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.7.5.4. O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

10.7.5.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.7.5.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.7.5.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10.7.6. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

10.7.7. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

10.7.8. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

10.7.9. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

10.7.10. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade



cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.7.11. **Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.**

10.7.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.7.13. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.7.14. O licitante provisoriamente vencedor em um lote, que estiver concorrendo em outro lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do lote em que venceu às do lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.7.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.7.16. Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.**

10.7.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, e tendo o melhor preço, o licitante será declarado vencedor.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS ACERCA DAS HABILITAÇÕES

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada, será concedido **o prazo de no máximo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema acerca das habilitações.

11.2. A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao PREGOEIRO verificar a tempestividade.

11.4. O recurso, o recorrente terão, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11.6. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

11.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



14. GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. TERMO DE CONTRATO

15.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

15.3.2 A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

15.4.1. A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

15.5 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

15.6 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos



para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita negociação, assinar o contrato.

16. REAJUSTE

16.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

16.2. O preço poderá ser reajustado, contados da data de celebração deste ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPCa ou por outro indicador que venha substituí-lo.

16.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

16.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

16.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

16.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.7. Caso o contratado solicite revisão ou repactuação do valor contratado, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) para deferir ou indeferir o pedido.

17. ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

18. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

19. PAGAMENTO



19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

20. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

20.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

20.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

20.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

20.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

20.1.5.4. deixar de apresentar amostra;

20.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

20.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

20.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

20.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.1.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

20.1.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



20.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

20.3. Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.3.1. advertência;

20.3.2. multa;

20.3.3. impedimento de licitar e contratar;

20.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

20.4.2. as peculiaridades do caso concreto;

20.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

20.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

20.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.5. A sanção prevista na cláusula 20.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 20.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.6. A sanção prevista na cláusula 20.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 20, deste edital.

20.7. A sanção prevista na cláusula 20.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo

20.8. máximo de 3 (três) anos.

20.9. A sanção prevista na cláusula 20.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.9.1, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 20.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da



Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.10. As sanções previstas nas cláusulas 20.3.1, 20.3.3 e 20.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 20.3.2.

20.11. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

20.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

20.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS e CNEP.

20.16. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.17. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



20.18. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.19. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

20.21. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

21. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer interessado poderá solicitar da Comissão de Contratação esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório.

21.2. Qualquer pessoa é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.**

21.3. As petições de impugnação e os esclarecimentos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, via internet em campo próprio, para o endereço <https://licitanet.com.br/>.

21.4. Não serão conhecidas as impugnações ou esclarecimentos interpostos através de e-mail ou por outro meio que não seja através do campo próprio do sistema <https://licitanet.com.br/>.

21.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo PREGOEIRO, nos autos do processo de licitação.

21.7. A resposta ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.8. Acolhida a impugnação, **será definida e publicada nova data para a realização do certame, se houver impacto na formulação de propostas.**



22. DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** e no endereço eletrônico <https://varzeadaroca.ba.gov.br/licitacoes> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça da Bandeira, nº 125, Centro – CEP: 44635-000 | Várzea da Roça/BA, nos dias úteis, no horário das 08 horas às 12 horas, mesmo



endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

23. INTEGRAM ESTE EDITAL, PARA TODOS OS FINS E EFEITOS, OS SEGUINTE ANEXOS:

- 23.1.1. ANEXO I - Termo de Referência e Apêndice do Anexo I - ETP
- 23.1.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço
- 23.1.3. ANEXO III - Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).
- 23.1.4. ANEXO IV - Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).
- 23.1.5. ANEXO V - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.
- 23.1.6. ANEXO VI - Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).
- 23.1.7. ANEXO VII - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 23.1.8. ANEXO VIII – Minuta de Ata de Registro de Preço
- 23.1.9. ANEXO IX - Minuta de Termo de Contrato.

Várzea da Roça – BA, 28 de julho de 2025.

Maicon Rios Figueredo
Secretário Municipal de Administração



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

- 1.1 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA, conforme quantidades e especificações expostas em Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.
- 1.2 Os itens são classificados como comuns, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo *bem de luxo*, conforme **do Decreto Municipal Nº 386/2024**.
- 1.4. O presente Termo de Referência tem como base legal a **Lei n. 14.133/2021**.

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

CONSIDERANDO a Necessidade aqui Identificada, e a inovação da NLLC, em atendimento ao Art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/21, a instauração do presente processo se faz necessário para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA.

A realização de eventos culturais, artísticos e tradicionais constitui uma das principais estratégias do Município de Várzea da Roça/BA para fortalecer a identidade cultural, promover o lazer da população, fomentar a economia local e valorizar as manifestações populares.

Para garantir a qualidade, segurança e sucesso dessas realizações, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de estruturas temporárias e equipamentos de apoio. A contratação busca atender às necessidades de infraestrutura com eficiência, assegurando que os eventos sejam realizados dentro dos padrões técnicos exigidos e com o conforto e segurança que o público merece.

Além do valor cultural e social, os eventos promovidos pela administração municipal movimentam diversos setores da economia local, como comércio, serviços, turismo e



alimentação, gerando emprego e renda para a população. Assim, o investimento em estrutura adequada contribui diretamente para o desenvolvimento socioeconômico da cidade.

A Administração Municipal não dispõe de equipamentos próprios nem de equipe técnica especializada para a montagem e operação dos itens requeridos (palco, som, iluminação, sanitários químicos, painéis de LED, entre outros), o que torna inviável a execução direta por meios próprios. Portanto, a contratação de empresa com expertise comprovada e capacidade técnica é medida imprescindível para assegurar a excelência na realização desses eventos;

Dessa forma, esta contratação está plenamente justificada, pois atende aos princípios da eficiência, da economicidade, do interesse público e da legalidade, além de permitir a plena execução do calendário cultural do Município, com impacto positivo direto para a população.

2.1. BENEFÍCIOS ESPERADOS

- 2.1.1 Fortalecimento das manifestações culturais e tradicionais do município, como cavalgadas, feiras, festejos religiosos e demais celebrações populares;
- 2.1.2 Atração de visitantes e turistas, impulsionando o comércio, setor alimentício, hotelaria, transporte e serviços informais, gerando emprego e renda para a população;
- 2.1.3 Garantia de infraestrutura técnica adequada, com equipamentos seguros e profissionais qualificados, proporcionando conforto ao público e evitando riscos operacionais.
- 2.1.4 Realização de eventos gratuitos e acessíveis a toda a população, promovendo inclusão social, bem-estar e integração comunitária.

2.2 IMPACTOS DA NÃO CONTRATAÇÃO

A não contratação dos serviços de locação de estrutura para eventos tradicionais acarretaria diversos impactos negativos para o Município de Várzea da Roça/BA, dentre os quais destacam-se:

- a) A inexistência de infraestrutura adequada inviabilizaria a realização de eventos culturais, religiosos e comunitários, comprometendo o calendário anual de festividades e frustrando as expectativas da população;
- b) A não realização dos eventos ou sua execução de forma improvisada e insegura afetaria negativamente a credibilidade da gestão municipal junto à comunidade e aos parceiros institucionais;
- c) A ausência de eventos tradicionais impactaria diretamente na preservação do patrimônio cultural imaterial da cidade, com possível desmotivação de grupos culturais, artistas locais e comunidades tradicionais.

Assim, a contratação ora proposta se revela necessária, oportuna e vantajosa, assegurando ao Município meios para a adequada prestação de serviços públicos.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



3.1. As despesas decorrentes desta Licitação correrão por conta dos recursos financeiros das receitas correntes dos cofres Municipais, descritas no processo de cada solicitação realizada.

3.2. Para efeito de estimativa de dotação orçamentária, o orçamento de 2025 prevê os programas orçamentárias que poderão ser absorvidos as despesas estimadas.

3.3. Na forma disposta no art. 17 do Decreto Federal nº 11.11.462/2023, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil.

4. ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES:

LOTE	ITEM	Descrição	UNID	QTDE.	Valor Unit	Valor Total
1	1	SANITARIO QUÍMICO - CABINE SANITÁRIA INDIVIDUAL, PORTÁTIL, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,1M X 1,1M X 2,1M DE ALTURA, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PISO ANTIDERRAPANTE, TETO TRANSLÚCIDO, FECHADURA COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO" EXTERNA, CAIXA DE DEJETOS COM CAPACIDADE DE 227 LITROS, ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PORTA OBJETOS, ABERTURA PARA VENTILAÇÃO, MANUTENÇÃO DIÁRIA COM PRODUTOS PARA DESINFECÇÃO E DESODORIZAÇÃO. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIARIA	800	R\$ 575,00	R\$ 460.000,00
	2	SANITARIO QUÍMICO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - CABINE SANITÁRIA PROJETADA PARA PNE (PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS), PORTÁTEIS, COM ACESSO E ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA MOVIMENTAÇÃO DE CADEIRAS DERODAS, CORRIMÕES DE SEGURANÇA, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PISO ANTIDERRAPANTE, TETO TRANSLÚCIDO, FECHADURA COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO" EXTERNA, CAIXA DE DEJETOS COM CAPACIDADE PARA 227 LITROS, ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PORTA OBJETOS, ABERTURA PARA VENTILAÇÃO, MANUTENÇÃO DIÁRIA COM PRODUTOS PARA DESINFECÇÃO E DESODORIZAÇÃO. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIÁRIA	20	R\$ 1.110,00	R\$ 22.200,00
	3	SALAS EM OCTANORM PARA CAMARIM COM AR CONDICIONADO - SALA MEDINDO 05 X 05 METROS COM TETO, CONFECCIONADA EM DIVISÓRIA MODELO TS FORMICADAS FRENTE E VERSO NA COR BRANCA, 01 PORTA COM FECHADURA, PISO MEDINDO 5,50 X 5,50 METROS CONFECCIONADO COM REVESTIMENTO DE CARPETE NA COR GRAFITE, 01 AR CONDICIONADO, 01 COBERTURA 05 X 05 NA COR BRANCA, ILUMINAÇÃO AMBIENTE INTEIRA E 02 TOMADAS PARA PONTO DE ENERGIA. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIARIA	60	R\$ 3.400,00	R\$ 204.000,00
	4	PLATAFORMA ELEVADA PARA OBSERVAÇÃO MEDINDO 3 X 2 MTS: A ESTRUTURA SERÁ METÁLICA TUBULAR COM PEÇAS ARTICULADAS E DESMONTÁVEIS, EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DE 1 ½ - UMA E MEIA OU ATÉ 2" (DUAS POLEGADAS), COM AS CONEXÕES NECESSÁRIAS NA MESMA BITOLA. A ESCADA TAMBÉM SERÁ EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR. O PISO SERÁ EM FOLHA DE COMPENSADO DE 15 MM DE ESPESSURA. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIARIA	60	R\$ 2.293,33	R\$ 137.599,80
	5	FECHAMENTO - EM PLACAS GALVANIZADAS MEDINDO 2,5M ALTURA E 2,00M LARGURA.	METRO/DIARIA	5000	R\$ 53,33	R\$ 266.650,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



1	6	GRADE DE CONTENÇÃO/DISCIPLINADORES 1 METRO DE ALTURA X 2,5 DE COMPRIMENTO EM ESTRUTURA GALVANIZADA.	METRO/DIARIA	5000	R\$ 53,33	R\$ 266.650,00
	7	HOUSE MIX - ESTRUTURA PARA CONTROLE DE SOM, AFASTADA DO PALCO PRINCIPAL, ESTRUTURA TIPO EM FERRO GALVANIZADO, COMPOSTA POR UM TOLDO DE 4 ÁGUAS MEDINDO 5X5 MTS, COBERTURA EM LONA BRANCA ANTICHAMAS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, PISO EM PLACAS DE MADEIRA.	DIARIA	20	R\$ 2.666,67	R\$ 53.333,40
	8	PALCO DIMENSÕES 05MX05MX1 M EM ALUMINIO P-30, COM COBERTURA MODELO QUATRO AGUAS EM LONA BRANCA ANTICHAMA, PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, ESCADA LATERAL COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES	DIARIA	10	R\$ 5.053,33	R\$ 50.533,30
	9	PALCO DIMENSÕES 10MX11MX2,20M COM COBERTURA EM MODELO DUAS ÁGUAS, FABRICADO EM ALUMINIO TIPO P30, COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, UMA ESCADA LATERAL COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES.	DIARIA	10	R\$ 9.850,00	R\$ 98.500,00
	10	PALCO DIMENSÕES 14MX11MX2,20M COM COBERTURA EM MODELO DUAS ÁGUAS, FABRICADO EM ALUMINIO TIPO P50, COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, COM PASSARELA CENTRAL MEDINDO NO MINIMO 6MX2,5M, DUAS ESCADAS LATERAIS COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES	DIARIA	10	R\$ 13.440,00	R\$ 134.400,00
	11	PALCO DIMENSÕES 18MX12MX2,20M COM COBERTURA EM MODELO DUAS ÁGUAS, FABRICADO EM ALUMINIO TIPO P30, COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, COM PASSARELA CENTRAL MEDINDO NO MINIMO 6MX2,5M, DUAS ESCADAS LATERAIS COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES	DIARIA	20	R\$ 15.600,00	R\$ 312.000,00
	12	CAMAROTE DA INCLUSÃO MEDINDO 05MX05MX1,00M, EM ALUMINIO P-50, COM COBERTURA EM LONA BRANCA ANTI-CHAMA, GUARDA-CORPO, PISO EM PLACAS DE MADEIRA TOPO REVESTIDO EM CARPETE, RAMPA DE ACESSO.	DIARIA	4	R\$ 8.433,33	R\$ 33.733,32
	13	PORTICO MEDINDO 14X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	12	R\$ 5.100,00	R\$ 61.200,00
	14	PORTICO MEDINDO 10X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	10	R\$ 4.266,67	R\$ 42.666,70
	15	PORTICO MEDINDO 8X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	10	R\$ 3.166,67	R\$ 31.666,70
	16	PORTICO MEDINDO 6X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	15	R\$ 2.466,67	R\$ 37.000,05
	17	BACKDROP MEDINDO 4MX2M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P30.	DIARIA	20	R\$ 1.600,00	R\$ 32.000,00
	18	BACKDROP MEDINDO 3MX2M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P30.	DIARIA	10	R\$ 1.250,00	R\$ 12.500,00
	19	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 1 metro.	DIARIA	10	R\$ 361,67	R\$ 3.616,70
	20	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 2 metros.	DIARIA	40	R\$ 670,83	R\$ 26.833,20
	21	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 3 metros.	DIARIA	40	R\$ 1.000,00	R\$ 40.000,00
	22	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 4 metros.	DIARIA	80	R\$ 1.426,67	R\$ 114.133,60
	23	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 5 metros.	DIARIA	40	R\$ 1.740,00	R\$ 69.600,00
	24	CUBO EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, união de 6 extremidades.	DIARIA	100	R\$ 104,00	R\$ 10.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



1	25	GREPO PARA BOXTRUSS Q30: Em alumínio, completo com parafusos.	DIARIA	70	R\$ 60,33	R\$ 4.223,10
	26	TENDA MEDINDO 10MX10M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P-30, COM COBERTURA MODELO DUAS ÁGUAS, , COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA.	DIARIA	14	R\$ 9.860,00	R\$ 138.040,00
	27	TENDA - MEDINDO 10MX20M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P-30, COM COBERTURA MODELO DUAS ÁGUAS, , COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA.	DIARIA	16	R\$ 16.266,67	R\$ 260.266,72
	28	TENDA -TAMANHO 5 X 5M, ARMAÇÃO GALVANIZADO, COM COBERTURA MODELO 04 AGUAS, EM LONA BRANCA ANTI-CHAMAS, DEVENDO AS MESMAS ESTAREM EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	DIARIA	600	R\$ 443,33	R\$ 265.998,00
	29	GERADOR DE ENERGIA 180 KVA - GABINADO, SILENCIADO, COM OPERDOR DISPONIVEL DURANTE TODO EVENTO (COM ALIMENTAÇÃO NECESSARIA/COMBUSTIVEL)	DIARIA	50	R\$ 4.620,00	R\$ 231.000,00
	30	GERADOR DE ENERGIA 250 KVA - GABINADO, SILENCIADO, COM OPERDOR DISPONIVEL DURANTE TODO EVENTO (COM ALIMENTAÇÃO NECESSARIA/COMBUSTIVEL)	DIARIA	20	R\$ 5.900,00	R\$ 118.000,00
	31	ILUMINAÇÃO CÊNICA - 24 REFLETORES PAR LED DE 3WTS	DIARIA	10	R\$ 1.683,33	R\$ 16.833,30
	32	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PEQUENO PORTE - 01 MESA ANALÓGICA;12 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTSPOR CANAL; 01 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8 VIAS; 24 REFLETORES PAR 64 COM FILTROS ROSCO CORES DIVERSAS; 04 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 20 METROS DE ESTRUTURA EM ALÚMINIO BOX TRUSS Q30; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA DMX	DIARIA	10	R\$ 3.300,00	R\$ 33.000,00
	33	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO MÉDIO PORTE - 01 MESA COMPUTADORIZADA 2048 CANAIS; 24 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTS POR CANAL; 01 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8 VIAS; 48 REFLETORES PAR 64 COM FILTROS FOSCOS CORES DIVERSAS; 12 BIM 200, 08 REFLETORES ELIPSOIDAI; 04 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 02 CANHÕES SEGUIDORES 1200 WATTS; 40 METROS DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO BOX TRUSS Q30; 04 CORNER BOX TRUSS Q30; 06 TALHAS DE 1 TONELADA, ELEVAÇÃO DE 8 METROS COM MANILHAS E CINTAS; 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA DMX; SISTEMA DE INTERCON COM 3 PONTOS.	DIARIA	24	R\$ 5.433,33	R\$ 130.399,92
	34	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE - 01 MESA COMPUTADORIZADA 2048 CANAIS; 64 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTS POR CANAL; 03 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8 VIAS; 72 REFLETORES PAR 64 COM FILTROS FOSCOS CORES DIVERSAS; 24 BIM 200, 12 REFLETORES ELIPSOIDAI; 08 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 36 REFLETORES PAR LED RGBW; 40 METROS DE ESTRUTURAEM ALUMÍNIO BOX TRUSS Q 30; 24 BOX TRUSS; 06 CORNER BOX TRUSS; 12 CORNER 4 FACES Q30; 16	DIARIA	24	R\$ 9.066,67	R\$ 217.600,08



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



		TALHAS DE 1 TONELADA, ELEVAÇÃO DE 8 METROS COM MANILHAS E CINTAS; 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA DMX; 02 HAZERS; SISTEMA DE INTERCON COM 6 PONTOS				
1	35	REFLETOR PAR LED COM 18 LEDS DE 18W. Bivolt, Rgbwa-Uv, 16 Milhões De Efeito Mix De Cores Ilimitadas, Ângulo De 25 Graus, Dimmer: 0-256 Graus Elétrico Ajustável, Strobe Mesma Velocidade Ajustável Passo, Random Strobe Elétrica, Strobe Pulse, Controle, Standard Dmx512, 7 Canais, Master /Escravo, Trabalha Sozinho Seguindo o Som, Endereçamento LP automático.	DIARIA	400	R\$ 47,49	R\$ 18.996,00
	36	PROJETOR DE SINALIZAÇÃO DE GRANDE ALCANCE PARA EVENTOS: conjunto com 02 (dois) aparelhos de projetor de sinalização de longo alcance de 4.000 watts cada.	DIARIA	4	R\$ 233,33	R\$ 933,32
	37	LED WASHERS 180X3W (44R + 44B + 24W + 24A): Bivolt, Rgbwa Full Calor Mixing, Ângulo De 15 Ou 30 Graus, Modo De Operação: Dmx, Automático, Dimmer 0-100%, Aplicação Outdoor, Potência De No Mínimo 600w	DIARIA	60	R\$ 119,93	R\$ 7.195,80
	38	LED WASHERS 72X1W (18R + 18B + 18W + 18A): Bivolt, Rgbwa Full Colar Mixing, Ângulo De 15 Ou 30 Graus, Modo De Operação: Dmx, Automático, Dimmer 0-100%, Aplicação Outdoor, Potência De No Mínimo 80w.	DIARIA	60	R\$ 79,23	R\$ 4.753,80
	39	MOVING HEAD COM 29 CANAIS DMX, 02 DISCOS DE CORES: Sendo 01 Com 09 Cores Fixas E 01 Com 08 Cores Substituível, Correção De 3200k E Filtro UV, 02 Discos De Gabas Sendo 01 Com 06 Gobos Fixos E 01 Com 07 Gabas Rotantes, Prisma De 3 Facetas De Rotação Em Ambos Os Sentidos Em Diferentes Velocidades, Dimmer, Shutter, Foco Motorizado, Íris, Frost e Zoom Motorizado.	DIARIA	60	R\$ 279,17	R\$ 16.750,20
	40	MOVING HEAD LED 1200 BMFL, 32 CANAIS DMX, 01 DISCO DE COR: sendo 6 cores, 02 discos de gabo sendo 06 gabas rotantes em cada disco, prisma de 3 faces de rotação em ambos, dimmer / shutter / foco motorizado, íris / frost / foco motorizado, zoom motorizado e cmy / cto.	DIARIA	40	R\$ 1.263,37	R\$ 50.534,80
	41	CANHÃO SEGUIDOR 15R COM POTÊNCIA MÍNIMA 15R: 5 Cores Seleccionáveis Através De Alavanca, Tripé Completo, Lente 24 Para Zoom De 1 O Metros A 60 Metros, Abertura Inicial 15º, Íris, Ajuste de Foco.	DIARIA	12	R\$ 116,15	R\$ 1.393,80
	42	TUBO LED 3D: pixel a pixel com sistema madrix.	DIARIA	200	R\$ 57,05	R\$ 11.410,00
	43	REFLETOR PAR 641000 W DE ILUMINAÇÃO: holofote em alumínio unid. polido bipartido, lâmpada par 60 64, fio térmico, alça, tela interna de proteção, pintura interna, alicate da porta gelatina, trave de alça, pés, suporte gelatina.	DIARIA	15	R\$ 28,16	R\$ 422,40
	44	REFLETOR ELIPSOIDAL COM POTÊNCIA DE 750W: Tambor Rotativo de Aproximadamente 25%, Ferramenta de Ajuste da Lâmpada, Alças Duplas	DIARIA	40	R\$ 52,32	R\$ 2.092,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



		Traseiras, Suporta Dimmer Dobrar.				
	45	REFLETOR MINI BRUTTI LED OUTDOOR: com duas lâmpadas.	DIARIA	40	R\$ 41,20	R\$ 1.648,00
1	46	REFLETOR MINI BRUTTI LED OUTDOOR: com quatro lâmpadas.	DIARIA	40	R\$ 58,75	R\$ 2.350,00
	47	REFLETOR MINI BRUTTI LED OUTDOOR: com seis lâmpadas.	DIARIA	40	R\$ 62,33	R\$ 2.493,20
	48	PAINEL DE LED ALTA DEFINIÇÃO OUTDOOR PH 3.9 MM: brilho acima de 4000nits, refresh rate 3840 hz, processamento digital com 2.000 entrada e saída hdmi, sdi, vga.	Metro/Diária	400	R\$ 388,33	R\$ 155.332,00
	49	PAINEL DE LED STRIP (VAZADO) P3: (menor resolução).	Metro/Diária	200	R\$ 132,33	R\$ 26.466,00
	50	PAINEIS DE LED - OUTDOOR PH 5MM, MEDINDO 4M X 2M, COM SISTEMA DE SEND CARD E VÍDEO PROCESSADORA (PARA PASSAR IMAGENS DE CÂMERAS AO VIVO) NOTBOOK, CABEAMENTO E TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DO MESMO.	DIARIA	30	R\$ 5.920,00	R\$ 177.600,00
	51	PAINEIS DE LED - OUTDOOR PH 5MM, MEDINDO 6M X 3M, COM SISTEMA DE SEND CARD E VÍDEO PROCESSADOR (PARA PASSAR IMAGENS DE CÂMERAS AO VIVO) NOTBOOK, CABEAMENTO E TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DO MESMO.	DIARIA	40	R\$ 7.900,00	R\$ 316.000,00
	52	PAINEIS DE LED - OUTDOOR PH 5MM, MEDINDO 7M X 4M, COM SISTEMA DE SEND CARD E VÍDEO PROCESSADOR (PARA PASSAR IMAGENS DE CÂMERAS AO VIVO) NOTBOOK, CABEAMENTO E TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DO MESMO.	DIARIA	30	R\$ 8.660,00	R\$ 259.800,00
	53	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MICROCAIXAS - 02 CAIXAS AMPLIFICADAS DE 500 W CADA, MIXER 08 CANAIS E OPERADOR, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO (PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS) SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MICROCAIXAS - 02 CAIXAS AMPLIFICADAS DE 500 W CADA, MIXER 08 CANAIS E OPERADOR, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO (PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS)	DIARIA	6	R\$ 1.650,00	R\$ 9.900,00
	54	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PEQUENO PORTE - SISTEMA DE PA DE PEQUENO PORTE, 2 MONITORES DE RETORNO, MIXER 16 CANAIS E OPERADOR, 04 CAIXAS DE GRAVES, 04 CAIXAS TREE- WAY, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO. (PÚBLICO DE ATÉ 200 PESSOAS)	DIARIA	12	R\$ 2.583,33	R\$ 30.999,96
	55	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PEQUENO PORTE 02 - SISTEMA DE PA DE PEQUENO PORTE, 4 MONITORES DE RETORNO, MIXER 32 CANAIS E OPERADOR, 08 CAIXAS DE GRAVES, 08 CAIXAS TREE- WAY, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO. (PÚBLICO DE ATÉ 500 PESSOAS)	DIARIA	10	R\$ 5.650,00	R\$ 56.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



	56	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MÉDIO PORTE - SISTEMA DE PA DE PEQUENO PORTE, 8 MONITORES DE RETORNO, MIXER 32 CANAIS E OPERADOR, 12 CAIXAS DE GRAVES, 12 CAIXAS TREE- WAY, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO. (PÚBLICO DE ATÉ 1.000 PESSOAS)	DIARIA	12	R\$ 7.266,67	R\$ 87.200,04
1	57	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MÉDIO PORTE 02 - 02 MESAS DIGITAIS COM 48 CANAIS DE ENTRADA, EQUALIZAÇÃO PARAMÉTRICA, COMPRESSOR, GATE POR CANAL, 24 CANAIS DE SAÍDA COM EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS POR CANAL, 2 FONTES DE ALIMENTAÇÃO; SISTEMA DE SONORIZAÇÃO LINEARRAY IMPORTADO COMPOSTO POR 9 CAIXAS TREE- WAY POR LADO, COBERTURA VERTICAL DE 10 GRAUS, HORIZONTAL DE 120 GRAUS, SISTEMA DE BUMPER PARA ELEVAÇÃO DO SISTEMA OU ACESSÓRIOS PARA TRABALHAR EM GROUND STACKED, 12 CAIXAS DE SUB GRAVE COM 2 FALANTES DE 18" CADA, POR LADO; 02 SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO COM 4 RACKS DE POTÊNCIA COM 4 AMPLIFICADORES CLASSE D, COM NO MÍNIMO 2400 WATTS RMS POR CANAL EM 2 OMHS; 01 PROCESSADOR DIGITAL COM 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DE TABLET OU COMPUTADOR; 01 MULTICABO DE 48 CANAIS DE ENTRADA, TRANSFORMADOR DE FASE POR CANAL COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 60 METROS; 01 MULTICABO DE SINAL DE 12 VIAS COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 60 METROS PARA O PROCESSAMENTO; MAINPOWER TRIFÁSICO DE 63 AMPERES POR FASE, REGULADOR DE TENSÃO, VOLTÍMETRO E AMPERÍMETRO; MAINPOWER TRIFÁSICO DE 125 AMPERES POR FASE, REGULADOR DE TENSÃO, VOLTÍMETRO, AMPERÍMETRO E TRANSFORMADOR ISOLADOR DE 10.000 WATTS PARA ALIMENTAÇÃO; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE P.A. E MONITOR; SISTEMA COM 16 MONITORES PASSIVOS TWO-WAY COM 02 FALANTES DE 12" E 1 DRIVE CADA; SIDEFILL COMPOSTO POR 2 CAIXAS TREE-WAY DE ALTA FREQUÊNCIA E 2 DE SUBGRAVE COM FALANTES DE 18" POR LADO; SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DO SIDEFILL COMPOSTO POR 01 RACK COM 4 AMPLIFICADORES CLASSE D, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 WATTS POR CANAL; MICROFONES COM PEDESTAIS WATTS POR CANAL; MICROFONES COM PEDESTAIS, MICROFONES SEM FIO, DIRECT BOX, SUB SNAKE COM MULTIPINOS. (PÚBLICO ATÉ 5000 PESSOAS)	DIARIA	15	R\$ 19.800,00	R\$ 297.000,00
	58	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO GRANDE PORTE 02- LINE ARRAY LCR – 72 BAIXAS: COMPOSIÇÃO DO PA: I - 03 CONSOLES DIGITAIS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES: • O CONSOLE VERSÁTIL COM TECNOLOGIA SUPER FPGA DE PROCESSAMENTO DIGITAL E PONTO FLUTUANTE. • O CONSOLE POSSUI 37 CANAIS, QUE POSSUI TRÊS BANCOS DE 12 FADERS MOTORIZADOS E UM FADER MASTER; NO CENTRO DA SUPERFÍCIE DE TRABALHO DE CADA CONSOLE ESTÁ UMA TELA DE TOQUE TFT LCD DE 15 POLEGADAS E ALTA RESOLUÇÃO COM TELA RETROILUMINADA. ATRAVÉS DESTA INTERFACE AMIGÁVEL, QUALQUER BANCO DE 12 FADERS PODE SER INSTANTANEAMENTE ATRIBUÍDO COMO CANAIS DE ENTRADA OU SAÍDA, PERMITINDO QUE TODOS OS 36 FADERS PRINCIPAIS CONTROLEM AS ENTRADAS, SE DESEJADO; DA MESMA FORMA,	DIARIA	15	R\$ 42.333,33	R\$ 634.999,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



QUALQUER BANCO DE 12 TAMBÉM PODE SER ATRIBUÍDO À TELA SENSÍVEL AO TOQUE PARA AJUSTE FINO.

- ALÉM DISSO, O CONSOLE SE BENEFICIA DE BOTÕES DE CONTROLE MULTIFUNCIONAIS DEDICADOS E ROTULAGEM ELETRÔNICA.

- O CONSOLE POSSUE 120 CANAIS DE ENTRADA A 48KHZ / 96KHZ. PROCESSAMENTO DE CANAL PADRÃO, SEJA ENTRADAS OU SAÍDAS, INCLUI CHANNEL DELAY, SINGLE E MULTI CHANNEL PRESETS, DUAL INSERT POINTS, FILTROS HI E PASS A 24DB / OITAVA, EQ PARAMÉTRICO DE QUATRO BANDAS COM SELEÇÃO DE CURVA DE BANDA, DYN 1 (COMPRESSOR , DE-ESSER OU MULTI CHANNEL COMPRESSOR) E DYN 2 (GATE, COMPRESSOR OU DUCKER).

- O CONSOLE TAMBÉM SE BENEFICIA DE 190 PROCESSADORES DYNAMIC EQ, TODOS OS QUAIS PODEM SER ATRIBUÍDOS A QUALQUER UM DOS CANAIS DE ENTRADA OU SAÍDA. ESSES PODEROSOS PROCESSADORES OFERECEM PROCESSAMENTO DINÂMICO EM CADA UMA DAS QUATRO BANDAS PARAMÉTRICAS PADRÃO, ALÉM DE 190 COMPRESSORES MULTIBANDAS E 190 DIGITUBES; E NÃO IMPORTA COMO O CONSOLE ESTEJA CONFIGURADO, O USUÁRIO NÃO PERDERÁ RECURSOS, POIS TODOS OS CANAIS ESTÃO EQUIPADOS PARA FORNECER O MESMO CAMINHO DE SINAL E CONJUNTO DE RECURSOS DE ALTA QUALIDADE.

- A SEÇÃO MASTER INCORPORA 24 EQS GRÁFICOS DE 32 BANDAS GANGBLE, 16 EFEITOS ESTÉREO (SELECIONÁVEIS EM UMA PALETA DE 33) E 24 GRUPOS DE CONTROLE (VCAS); E USANDO INSTANTÂNEOS, O USUÁRIO PODEM ALTERNAR ENTRE CONFIGURAÇÕES COMPLETAS EM QUALQUER AMBIENTE AO VIVO MAIS FÁCIL DO QUE NUNCA, SEJA EM ENSAIOS, DURANTE A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA OU ATÉ MESMO EM UM SHOW.

- ALÉM DISSO, O CONSOLE POSSUI 48 BARRAMENTOS, TODOS DESIGNÁVEIS COMO GRUPOS MONO / ESTÉREO OU BARRAMENTOS AUXILIARES; E ALÉM DESSES BARRAMENTOS, PARA MAIOR CONFIGURABILIDADE, FORNECEMOS UMA MATRIZ DE SAÍDA DE 16 X 16, BUSSES DE SOLO DUPLO E UM BUSS MASTER.

NO CONSOLES DIGITAL, O USUÁRIO NÃO PERDE OS AUX OU AES E DUAS NONEXÕES MADI.

- A CONSOLA POSSUI UM RACK D2 QUE É UMA ENTRADA FIXA DE 8U 48 COM OITO SAÍDAS ANALÓGICAS, COM A CAPACIDADE COMBINAÇÃO DE AES/ EBU ANALÓGICA OU AVIOM. TAMBÉM PODE LIGAR CONSOLE A QUALQUER RACKS DE MICROFONE.

- HÁ TAMBÉM UMA OPÇÃO OPTOCORE QUE PERMITE CONECTIVIDADE A TODOS OS RACKS E CONSOLES ANEXOS EM UM LOOP REDUNDANTE.

- ALÉM DISSO, HÁ UM MÓDULO SOUNDGRID ANEXO QUE, QUANDO CONECTADO A UM SERVIDOR PC EXTERNO, FORNECE AO USUÁRIO ACESSO INSTANTÂNEO A 32 RACKS ESTÉREO WAVES DE BAIXA LATÊNCIA TOTALMENTE INTEGRADOS, CADA UM COM A CAPACIDADE DE TER PARA OITO PLUGINS POR RACK. ISSO É 128 I / O.

- TODOS OS PLUG-INS COMPATÍVEIS COM O WAVES SÃO PRÉ-CARREGADOS E, COMO ISSO É PARTE INTEGRANTE DO CONSOLE, VOCÊ TEM A VANTAGEM ADICIONAL DE CONTROLAR A TELA SENSÍVEL AO TOQUE; E TODOS OS SHAPSHOTS E ARQUIVOS DE SESSÃO SÃO SALVOS NO CONSOLE. PERIFÉRICOS COMPATÍVEIS COM O CONSOLE E ITENS INDISPENSÁVEIS CONFORME DESCRITIVO ANTERIOR:

A) RACK 8U, COM 48 ENTRADAS FIXAS E 8 SAÍDAS, A CONTAGEM DE SAÍDA PODE SER AUMENTADA PARA 24, ESTAS PODEM SER QUALQUER COMBINAÇÃO DE: - ANALÓGICA, AES / EBU OU AVIOM.
B) UNIDADE MADI, GRAVA E REPRODUZ 48 CANAIS DE ÁUDIO DE 24 BITS DE FLUXO MADI COMPATÍVEL COM AES10, BEM COM ÁUDIO ESTÉREO COAXIAL AES3 (AES/EBU) EM DISCO RÍGIDO OU UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO COM DESEMPENHO RAZOÁVEL E FRAGMENTAÇÃO MÍNIMA. COMPATÍVEL COM PRATICAMENTE TODOS OS COMPUTADORES QUE TENHA PROCESSADOR DUAL CORE OU MELHOR.

C) MÓDULO SOUNDGRID DE ONDAS – PROCESSADOR DE EFEITOS, ALÉM DO PADRÃO STEALTH FX, COM OPÇÃO DE UMA GRADE DE SOM WAVES TOTALMENTE INTEGRADA COM CONTROLE COMPLETO DOS PARÂMETROS DE PLUG-IN, BEM



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



COMO A RECUPERAÇÃO DE INSTANTÂNEOS E CARREGAMENTO E SALVAMENTO SIMPLES DIRETAMENTE DA SUPERFÍCIE DOS CONSOLES.

D) CAT5 / MADI PARA CONVERSOR ÓPTICO. É CAPAZ DE RECEBER UMA LIGAÇÃO CAT5 A PARTIR DE UMA CONSOLA OU RACK P/ MICROFONE OU UMA LIGAÇÃO MADI A PARTIR DE UMA CONSOLA, RACK OU OUTRO DISPOSITIVO MADI E CONVERTE-LO PARA TRANSMISSÃO ÓPTICA OU VICE-VERSA. O PERIFÉRICO PERMITE DOIS FLUXOS MADI OU D-RACK OU UMA COMBINAÇÃO DOS DOIS. POSSUI AINDA 128 CANAIS DISPONÍVEIS E, COMO MENCIONADO ANTERIORMENTE, POSSUI E/SS COMPLETAMENTE INDEPENDENTES DENTRO DA CAIXA, SENDO A ÚNICA FONTE DE ALIMENTAÇÃO EM COMUM, DOIS DOS QUAIS SÃO FORNECIDOS PARA REDUNDÂNCIA.

- CAIXA DE CONEXÃO QUE PERMITI CONECTAR O CONSOLE PRINCIPAL A OUTROS CONSOLES SECUNDÁRIOS, SEJA RACK DE MICROFONES E ATÉ CONSOLE MADI, PERMITINDO QUE COMPARTILHE UM RACK ENTRE DOIS OU TRÊS CONSOLES, OU CONFIGURAÇÃO E ROTEAMENTO DE E / S SEM A NECESSIDADE DE UM COMPUTADOR.

QUALQUER CONSOLE QUE ESTEJA CONECTADO AO CONECTOR MADI PARA CONTROLAR O RACK .O APARELHO ANEXO É ALIMENTADO VIA USB, COM UMA SEGUNDA PORTA USB ATUANDO COMO UM THRU.

II - PROCESSADORES DE FREQUÊNCIA ESTÉREO EM QUANTIDADE PARA COMPOR O PA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:

- PROCESSADOR DE ALTO-FALANTE DE ÁUDIO DIGITAL AUTÔNOMO DE 2 ENTRADAS / 6 SAÍDAS. COM BASE NA TECNOLOGIA QUE OFERECE COMPATIBILIDADE PERFEITA COM OS SISTEMAS POWERED LOUDSPEAKER MANAGEMENT, BEM COMO COM TODOS OS PROCESSADORES E VERSÕES ANTERIORES DA TECNOLOGIA, INCLUINDO O MESA QUAD EQ E O CONTOUR. OS RECURSOS DE EQ E ATRASO FACILMENTE PROGRAMÁVEIS DO PROCESSADOR PERMITEM UMA RECONFIGURAÇÃO RÁPIDA PARA USO COMO PROCESSADOR E DRIVER DE LINHA PARA APLICAÇÕES DE ALTO-FALANTE AUTOALIMENTADO, BEM COMO PARA SISTEMAS QUE USAM AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SEPARADOS.

- EM SINTONIA COM A FLEXÍVEL TECNOLOGIA DE PROCESSAMENTO IMPLEMENTADA ACEITA SINAIS DE ÁUDIO COMO ANALÓGICO, DIGITAL AES3 OU ATRAVÉS DA AVANÇADA REDE DE ÁUDIO DIGITAL DANTE A TAXAS DE AMOSTRAGEM DE 48 KHZ E 96 KHZ. A COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE PRIORIDADE DE ENTRADA PODE SER ATIVADA, E A UNIDADE PODE FUNCIONAR COMO UM MIXER DE MATRIZ DE ENTRADA E UMA CAIXA DE INTERRUPÇÃO E BREAK-OUT DANTE.

- OS RECURSOS EXCLUSIVOS DA DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO INCORPORADOS NO APARELHO INCLUEM EQUALIZAÇÃO DE COSINES ELEVADA; FASE LINEAR E CROSSOVERS CLÁSSICOS; E LIMITERMAX PEAK E RMS LIMITERS. A CAPACIDADE DO SUPER MÓDULO PERMITE O AGRUPAMENTO FLEXÍVEL DE CANAIS DO PROCESSADOR EM QUADROS DE HARDWARE SEPARADOS. TODAS AS FUNÇÕES SÃO CONTROLADAS VIA REDE COM OU SEM FIO PELO APLICATIVO DE SOFTWARE BASEADO NO WINDOWS. UMA FONTE DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL COM CABO DE ALIMENTAÇÃO DE TRAVAMENTO DESTACÁVEL PERMITE O USO EM TODO O MUNDO.

- O PROCESSADOR PODE SER CONTROLADO OU MONITORADO ATRAVÉS DE UMA CONEXÃO GPIO (GENERAL PURPOSE INPUT OUTPUT) DE 9 PINOS. DISPOSITIVOS EXTERNOS, COMO SISTEMAS DE ALARME, PODEM ATIVAR FUNÇÕES DE MUDO, CONTROLE DE ENERGIA OU DE MEMORIZAÇÃO PREDEFINIDA; CONDIÇÕES DE STATUS E FALHA TAMBÉM PODEM SER RELATADAS EXTERNAMENTE. A CONFIGURAÇÃO DO GPIO ESTÁ DISPONÍVEL NO PAINEL FRONTAL OU CONTROLADOR.

- EXIBIR EXIBIÇÃO DO MEDIDOR - A VISUALIZAÇÃO PADRÃO DA TELA DE LEITURA COM LUZ DO DIA FORNECE MEDIDORES DE REDUÇÃO DE GANHO DO MÓDULO I / O E DE GANHO DO LIMITADOR, JUNTAMENTE COM RÓTULOS DE QUADRO, MÓDULO E CANAL ASSOCIADOS; UMA EXIBIÇÃO DE STATUS DE E / S ALTERNATIVA FORNECE UM RESUMO DA CONFIGURAÇÃO DE ENTRADA, STATUS DO RELÓGIO DIGITAL E MEDIÇÃO DO NÍVEL



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



DE ENTRADA. UM LED DEDICADO INDICA VÁRIAS FALHAS OU AVISOS.

- ROTEADOR MATRICIAL PODEROSO - O PROCESSADOR FORNECE UMA PODEROSA MATRIZ DE ROTEAMENTO DE SAÍDA ATRAVÉS DA INTERFACE DO PAINEL FRONTAL. SEMELHANTE À FUNCIONALIDADE PARALELA NO CONTROLADOR, ESSA MATRIZ PERMITE QUE QUALQUER ENTRADA OU SAÍDA DO MÓDULO SEJA ROTEADA PARA AS SAÍDAS ANALÓGICAS OU DIGITAIS. O PROCESSADOR PERMITE CNÍVEIS DE E / S DO MÓDULO E BOTÕES MUTE DEDICADOS - STA SEÇÃO É DEDICADA AOS SINAIS DE ENTRADA E SAÍDA DO MÓDULO, COM DISPLAYS DE MEDIDOR DE LED DE ENTRADA E ÍDA SEPARADOS POR UM MARCADOR BRANCO.

OS SEGMENTOS O MEDIDOR PARA CADA CANAL INDICAM RECORTE (VERMELHO); - DB (AMARELO); E -6, -12, -60 DB (VERDE). O BOTÃO MUTE DEDICADO ACENDE EM VERMELHO QUANDO ESTÁ MUDO E RANCO QUANDO NÃO ESTÁ MUDO; FICA APAGADO QUANDO O NAL ESTÁ INATIVO (SEM SOM) OU UNLIT (NÃO USADO).

- AJUSTE INTUITIVO DE PARÂMETRO - OS PARÂMETROS SÃO USTÁVEIS USANDO SEIS BOTÕES DE FUNÇÃO DINÂMICA E UM DIFICADOR ROTATIVO. UM PARÂMETRO EDITÁVEL PELO USUÁRIO IDENTIFICADO COM UM BOTÃO OU CODIFICADOR ILUMINADO, FERECENDO NAVEGAÇÃO E CONTROLE INTUITIVOS. OS ARÂMETROS PODEM SER AJUSTADOS EM PEQUENOS CREMENTOS E O AJUSTE SIMULTÂNEO DE MÚTIPLS ARÂMETROS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL. SUÍTE DE SOFTWARE DO CONTROLADOR - O CONTROLADOR E OS PLICATIVOS ASSOCIADOS, INCLUINDO FIRMWARE UPDATE E RESET MANGER UTILITIES, FORMAM UM PODEROSO CONJUNTO E SOFTWARE QUE PERMITE O CONTROLE E O GERENCIAMENTO ETALHADOS DAS REDES DO PROCESSOR. O CONTROLADOR PERMITE O AJUSTE BASEADO EM PC DO WINDOWS DE TODOS OS ARÂMETROS DO PROCESSADOR, INCLUINDO GANHO, ATRASO,

ITADORES, EQ, CRUZAMENTOS E TODA A CONFIGURAÇÃO E TEAMENTO DE E / S.

USANDO UM TABLET PC COM TELA DE TOQUE SEM FIO, O ONTROLADOR DE LAGO PODE SER USADO PARA AGRUPAR ROCESSADORES PARA O CONTROLE SIMULTÂNEO DE QUALQUER CAL NO LOCAL. O ANALYZER BRIDGE INCLUÍDO FORNECE UMA TERFACE EM TEMPO REAL COM O SMAART LIVE 5.4 E LIVE APTURE LIGHT / PRO, FORNECENDO ANÁLISE DE ÁUDIO DIRETA E EDBACK DE MEDIÇÃO DENTRO DO CONTROLADOR.

UM CONTROLADOR DE LAGO PARA TODOS OS PRODUTOS DO LAGO O PROCESSADOR INTEGRA-SE PERFEITAMENTE AO AMBIENTE DE FTWARE DO CONTROLADOR, JUNTAMENTE COM OS

ROCESSADORES DOLBY E OUTROS DISPOSITIVOS DE PROCESSAMENTO. O CONTOLADOR FORNECE RECURSOS DE TEAMENTO ESPECÍFICOS, CONFIGURAÇÃO GPIO E CONTROLE DE NERGIA GLOBAL COMBINADO E REGISTRO DE EVENTOS PARA O ROCESSADOR E SEUS COMPONENTES.

DANTE E AES3 AMIGÁVEL - O PROCESSADOR FORNECE A MBINAÇÃO DEFINITIVA DE FLEXIBILIDADE DE SINAL DE ENTRADA SAÍDA E OPERAÇÃO À PROVA DE FALHAS. ENTRADAS DE ÁUDIO O ACEITAS ATRAVÉS DA REDE DANTE, BEM COMO EM NECTORES PARA DIGITAL E ANALÓGICO AES3. A PROGRAMAÇÃO PLES NO CONTROLADOR PERMITE MÚTIPLS CENÁRIOS UTOMÁTICOS DE COMUTAÇÃO CONFIGURADOS PELO USUÁRIO. OR EXEMPLO, OS SINAIS PODEM SER DISTRIBUÍDOS PELA REDE ANTE, COM UMA FONTE DE ENTRADA AES3 COM FALHA PARA NALÓGICO - E COM O RESULTADO AUTOMATICAMENTE EM SCATA PARA TODOS OS RECEPTORES DANTE. ALÉM DISSO, A POLOGIA DE REDE DUPLAMENTE REDUNDANTE DO ROCESSADOR PERMITE A COMUTAÇÃO CONTÍNUA EM CASO DE M PROBLEMA EM UM LINK ETHERNET.

M TODAS AS SITUAÇÕES, O PROCESSADOR MONITORA CONSTANET MENTE A REDE E TODAS AS ENTRADAS ATIVAS PARADETECTAR SINAIS DE ÁUDIO ATIVOS, RELÓGIOS DIGITAIS VÁLIDOS E INTEGRIDADE DE REDE VÁLIDA. SE FOREM DETECTADOS PROBLEMAS, A COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE PRIORIDADE DE ENTRADA GARANTE QUE O SHOW CONTINUE.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



UM TOTAL DE SEIS ROTEADORES DE ENTRADA PODE SER CONFIGURADO INDEPENDENTEMENTE COM ATÉ QUATRO CONFIGURAÇÕES DE PRIORIDADE DE FAILOVER DE ENTRADA. E NO PROCESSADOR A SAÍDA DE QUALQUER UM DESSES SEIS ROTEADORES DE ENTRADA PODE SER CORRIGIDA DIRETAMENTE PARA QUALQUER SAÍDA ANALÓGICA, AES3 OU DANTE - SEM USAR NENHUM DOS VALIOSOS CANAIS DE PROCESSAMENTO DO MÓDULO.

AS APLICAÇÕES DO PROCESSADOR INCLUEM:

- Crossover, Delay e EQ para Multi-Way, sistemas de Alto-falante, Line Driver e sistema EQ para auto-alimentado, sistemas de Alto-falante, Dante Break-in / Break-out, sistema de transmissão de E para FOH e Estágio L / Estágio R;
- Possui processador de 2 POL / 6 POL, Criada Cosine Equalization, fase linear e cruzamentos clássicos, Limiter e limitadores RMS. Atraso máximo disponível de 2 segundos;
- Entradas e saídas de áudio. Analógico com isolamento Terra ISO-FLOAT, Digital AES3 4 entradas / 8 saídas 4-IN / 8-OUT Dante em rede I / O, Rede Gigabit Dual Redundant com áudio.
- Painel frontal, visor legível à luz do dia. Medição LED de entrada e saída dedicada do módulo. Botões de mudo de entrada e saída de módulo dedicados com LED. Botões dinâmicos e codificador rotativo para ajuste de parâmetros
- Atuação - Alta qualidade A / D e D / A conversão de 24 bits. Frequência de amostragem interna de 96 KHz. Caminho de dados interno de ponto flutuante de 32 bits
- Ao controle - Controle total via aplicativo de software Lake Controller. GPIO configurável por software

III - 36 CAIXAS ACÚSTICAS SUBWOOFER PASSIVA DE POTÊNCIA 2000W RMS, CADA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:

- SUBWOOFER DUPLO DE 18" COM SISTEMA DE RIGGING PARA MONTAGENS EM CONJUNTO COM AS DEMAIS CAIXAS DA LINHA OU MODELO;
- OFERECE REFORÇO SONORO DE ALTA QUALIDADE EM VLF (FREQUÊNCIAS MUITO BAIXAS) DE INFORMAÇÃO MUSICAL PARA UMA VARIEDADE DE APLICAÇÕES, INCLUINDO APRESENTAÇÕES DE MÚSICA AO VIVO, E ÁUDIO/VÍDEO DE TODOS OS TIPOS;
- SEUS FALANTES CONTAM TECNOLOGIAS AVANÇADAS COMO CONJUNTO MAGNÉTICO EM NEODÍMIO COM DIFFERENTIAL DRIVE, BOBINA MÓVEL RESFRIADA PELO SISTEMA DIRECT COOLED;
- GABINETES EXTREMAMENTE RÍGIDOS E LEVES PRODUZIDOS ATRAVÉS DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE CONSTRUÇÃO COM PLYMAX;
- ACABAMENTO EXTERNO SUPER RESISTENTE A PROVA DE INTEMPÉRIES EM MATERIAL DURA FLEX OU SEMELHANTE; SISTEMA DE SUSPENSÃO INTEGRADO COM LIGAS DE METAL TRATADAS TERMICAMENTE PROPORCIONANDO ALTA RESISTÊNCIA E CONFIABILIDADE NA MONTAGEM DOS ARRAYS. PARA APLICAÇÕES SOLO-EMPILHADOS OU SUSPENSAS EM COMBINAÇÃO COM OUTROS PRODUTOS COMPATÍVEIS;
- PRESSÃO SONORA MÁXIMA: 143 DB SPL;
- FERRAGENS PARA USO EM FLY;
- COMPONENTES: 2 X 2558H / 18" COM BOBINA DUPLA;
- RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 28HZ A 75KHZ (± 3DB);
- SENSIBILIDADE: 98 DB;
- IMPEDÂNCIA NOMINAL: 2 X 8 OHMS;
- AMPLIFICAÇÃO RECOMENDADA: 1600 A 2000W RMS 8 OHMS POR CANAL;
- CONEXÕES: 2 X SPEAKONS NL-4
- DIMENSÕES (A X L X P): 49,3 X 122,9 X 86,0 CM;
- PESO: 71 KG

IV - 36 CAIXAS ACÚSTICAS LINE ARRAY DIRETIVA DE ALTA LINHA TRI- AMPLIFICADA DE 03 VIAS DE MÉDIO PORTE MATRIZ E ELEMENTO. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



• POSSUI COMPONENTES DE TECNOLOGIA AVANÇADA COM DIFERENCIAL UNIDADE, ÍMÃ DE NEODÍMIO, BOBINA DE VOZ DUPLA, TRANSDUTORES DE CONE ARREFECIDAS DIRETAS PARA O BAIXO PESO E ALTO DÉBITO.

• REFRIGERADOS TRANSDUTORES DE CONE DIRETOS PARA O BAIXO PESO E ALTO DÉBITO.

• POSSUI HF WAVEGUIDE (GUIA DE ONDAS DE ALTA FREQUÊNCIA) UNIDADES CASAL PARA CRIAR PRECISÃO ABERTURA SLOT VERTICAL.

• COM INTEGRADOR DE LIMITE DE RADIAÇÃO (RBI): TECNOLOGIA INTEGRA A PRODUÇÃO DE ELEMENTOS DE BANDA INDIVIDUAIS.

• TÉCNICAS AVANÇADAS DE CONSTRUÇÃO UTILIZANDO PLYMAX QUE FORNECE RIGIDEZ, LEVEZA NA CONSTRUÇÃO DA CARCAÇA.

• ACABAMENTO EXTERNO SUPER RESISTENTE A PROVA DE INTEMPÉRIES EM MATERIAL DURA FLEX OU SEMELHANTE;

• COM SISTEMA DE SUSPENSÃO INTEGRADA SAFE: LIGAS TRATADOS TERMICAMENTE QUE PROPORCIONAM ALTA RESISTÊNCIA, AS MATRIZES DE SUSPENSÃO CONFIÁVEIS.

• PRÉ-CONCEBIDOS PARA ACEITAR DRIVE COMPATÍVEL, PACOTE ELETRÔNICO AMPLIFICADO. ANEXOS MECÂNICOS PAINEL TRASEIRO E CONEXÕES ELÉTRICAS PARA ASSEGURAR CAMINHO DE ATUALIZAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTO-ALIMENTADO.

• PARA UTILIZAÇÃO EM MATRIZES DE STAND-ALONE OU EM COMBINAÇÃO COM OUTROS MODELOS DO SISTEMA.

• FAIXA DE FREQUÊNCIA 48 HZ - 18 KHZ (-10 DB)

• RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 60 HZ - 16 KHZ (± 3 DB)

• CORRENTE NOMINAL CONTÍNUA 2000W LF, MF 600W, 150W HF

• SENSIBILIDADE 98 DB LF, 102 DB MF, HF 114 DB (1W / 1M)

• IMPEDÂNCIAS NOMINAIS 2 X 8 OHM LF, 8 OHM MF, 16 OHM HF

• COBERTURA HORIZONTAL 90 GRAUS NOMINAL, 250 HZ - 16 KHZ (-6DB)

• DIMENSÕES (A X L X P): 990,6 MILÍMETROS X 355,6 MILÍMETROS X 508 M

(39 CM X 14 CM X 20 CM)

• PESO: 51,3 KG (113 LB)

V - 08 FRONT FIELDS COM AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS PARA O SISTEMA DO PA.

COMPOSIÇÃO DO MONITOR:

03 CONSOLES COM A MESMA CONFIGURAÇÃO UTILIZADA NO PA,

08 PROCESSADORES DE FREQUÊNCIA ESTÉREO COM A MESMA CONFIGURAÇÃO UTILIZADA NO PA, 08 MICROFONES SEM FIO,

80 MICROFONES PARA INSTRUMENTOS MÚSICAIS DISTRIBUÍDOS DE ACORDO A FUNCIONALIDADE E APLICAÇÃO COM AS SEGUINTE

ESPECIFICAÇÕES:

• MICROFONE DE MÃO UTILIZADO PARA CAIXA E ESTEIRA, TIPO DINÂMICO, CONECTOR XLR, COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 40 X 15000, SENSIBILIDADE-54.5 DB, IMPEDÂNCIA 150 O.

• MICROFONE DE SUPERFÍCIE CONDENSADOR MEIO-CARDIOIDE PARA BUMBO. INCLUI PRÉ-AMPLIFICADOR INTEGRADO E CONEXÃO XLR. COM BAG;

• MICROFONE CONDENSADOR CARDIOIDE PARA INSTRUMENTOS, PRATOS, CAIXA, OVER COM CHAVE ATENUADORA DE 10DB, CHAVE SELETORA DE FREQUÊNCIA, ANTI-PUFF. COM BAG;

• MICROFONE CARDIOIDE DINÂMICO PARA INSTRUMENTOS. IDEAL PARA BATERIAS E PERCUSSÃO. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA CONSISTENTE, O E 904, CONSTRUÇÃO EM METAL REFORÇADO, BOBINA DE COMPENSAÇÃO, DIMENSÃO 63 X 41 MM, CONECTOR XLR3, FREQUÊNCIA DE RESPOSTA 40 - 18000 HZ;

• MICROFONE DE MÃO UTILIZADO PARA CAIXA E ESTEIRA, TIPO DINÂMICO, CONECTOR XLR, COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 30HZ-17000KHZ; PESO: 385 G, SENSIBILIDADE EM CAMPO LIVRE, SEM CARGA (1KHZ) 2 MV/PA \pm 3 DB, IMPEDÂNCIA NOMINAL: 200 O MIN. IMPEDÂNCIA DE TERMINAÇÃO: 200 O, FILTRO ROLL OFF DE GRAVES COM 5 POSIÇÕES EXCELENTE REJEIÇÃO DE MICROFONIA;

• MICROFONE DINÂMICO CARDIOIDE PARA VOZ PRINCIPAL E BACKING COM BAG, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 50 TO 15,000 HZ; CÁPSULA DE REPOSIÇÃO: R59;

• MICROFONE MINIATURA CONDENSADOR CARDIOIDE PARA INSTRUMENTO COM ALTO NÍVEL DE SPL. INCLUI PRÉ-AMPLIFICADOR RPM626 IN-LINE, ADAPTADOR RK282 SUSPENSÃO ANTI-CHOQUE GIRATÓRIO E CABO FLEXÍVEL TRIPLO DE 15' E BAG;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



	<p>40 MICROFONES PARA VOCAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICA:</p> <ul style="list-style-type: none">• MICROFONE DINÂMICO SUPERCARDIOIDE COM IMÃ? DE NEODÍMIO DE ALTA ENERGIA, PARA APLICAÇÕES DE VOZ. INCLUI BAG;• MICROFONE DINÂMICO CARDIOIDE COM DUPLO DIAFRAGMA, INCLUI HARD BAG. <p>30 MONITORES PARA MÚSICOS, 40 DIRECT BOX, 04 AMPLIFICADORES PARA GUITARRA COM A SEGUINTE ESPECIFICAÇÃO:</p> <ul style="list-style-type: none">• CABEÇOTE - VALVULADO COM 04 CANAIS (MULTI) INDEPENDENTES, DOIS VOLUMES PRINCIPAIS E REVERBERAÇÃO DIGITAL, COM PEDAL DE SEIS CANIS QUE PODE ARMANZENAR COMBINAÇÕES DE EFEITOS FAVORITOS, TEM COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS MIDI, EFEITOS REVERB DIGITAL, LOOP DE EFEITOS, 2, 1 X SÉRIE PARALELA, 1 X SÉRIE, O LOOP FX É MIXÁVEL PARA QUE VOCÊ POSSA CONTROLAR A QUANTIDADE DE EFEITOS EXTERNOS SEM PERDER A QUALIDADE DO SINAL. POTÊNCIA DE SAÍDA 100W, SAÍDAS DE ALTO-FALANTE: 5 X TOMADAS DE 1/4 "(16Ω CARGA / 8Ω CARGA / 4Ω CARGA), SAÍDA DE LINHA EMULADA (XLR), MIDI THRU, POSSUI 1 ENTRADA DE INSTRUMENTO DE JACK DE 1/4 ", ENTRADA DE MIDI, PEDAL, O CONTROLE POSSUI SELEÇÃO DE CANAL E MODO (BOTÃO), GANHO (POR CANAL), AGUDOS (POR CANAL), MEIO (POR CANAL), BAIXO(POR CANAL), VOLUME (POR CANAL), REVERBERAÇÃO (POR CANAL), PRESENÇA, RESSONÂNCIA, VOLUME PRINCIPAL SELECT, MASTER VOLUME (COMUTÁVEL PARA CADA CANAL), VÁLVULAS PREAMP 4 X ECC83, 1 X ECC83 (DIVISOR DE FASE), VÁLVULAS DE AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA, 4 X EL34 GABINETE – CONSTRUÍDA EM MDF, 04 FALANTES DE 12", POTÊNCIA 240WATTS RMS, IMPEDÂNCIA 16 OHMS, 01 SAÍDA, DIMENSÃO 77,0X75,5X36,5 CM PESO 35KG <p>04 AMPLIFICADORES PARA CONTRA BAIXO, 04 AMPLIFICADORES PARA TECLADO, 04 SIDE FIELDS DUPLO COM 08 FALANTES DE SUB GRAVES DE 18", 08 FALANTES DE MÉDIOS GRAVES 12", 08 MÉDIOS AGUDOS (TITÂNIO) CADA</p> <p>04 SUB PARA BATERIA COM 02 FALANTES DE 18", AMPLIFICAÇÃO PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS.</p> <p>03 MULTICABO 56 VIAS COM 60M, 03 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PALCO X HOUSE MIX.</p> <p>02 CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE NO MÍNIMO 5.000 KVA COM ATERRAMENTO.</p> <p>40 RÉGUAS DE AC 110VOLTS, E 20 DE 220 VOLTS SISTEMA COM TODOS OS ACESSÓRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS MÚSICAIS EM PRAÇA PÚBLICA. SERÁ NECESSÁRIO TODO O MATERIAL DE CABEAMENTO PARA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E EQUIPE TÉCNICA. (EXEMPLO: PEDESTAIS, GARRAS, CABOS XLR, P10) BATERIA (ACÚSTICA BÁSICA)</p> <p>02 (DUAS) BATERIAS CONTENDO CADA UMA: BATERIA SEM PRATOS, EM PERFEITO ESTADO DE USO, COMPOSTA DE: 01 BUMBO DE 22", 01 TON DE 12", 01 TON DE 13", 01 SURDO DE 16", TODOS COM PELES NOVAS E HIDRÁULICAS 01 CAIXA DE 14", COM PELE POROSA DE ATACK E DE RESPOSTA COM ESTEIRA. 01 ESTANTE DE CAIXA TORRES DE DELAY</p> <p>02 CONTENDO CADA TORRE NO MÍNIMO: 08 CAIXAS LINE ARRAY COM ESPECIFICAÇÃO IGUAL A DO PA, 01 PROCESSADOR DIGITAL COM ESPECIFICAÇÃO IGUAL AO DO PA, 04 ACÚSTICAS SUBWOOFER PASSIVA DE POTÊNCIA 2000W COM CARACTERÍSTICAS IGUAIS AO PA E AMPLIFICADORES PARA FUNCIONAMENTO DO SISTEMA E COMPATÍVEIS.</p> <p>OBS: CABOS DE AC E CABO DE SINAL P/ NO MÁXIMO 50 METROS APÓS HOUSE MIX. CABEAMENTO SUFICIENTE PARA FUNCIONAMENTO DE TODO O SISTEMA E EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA. (PÚBLICO DE ATÉ 20 MIL PESSOAS)</p>				
59	LOCAÇÃO MINI TRIO ELÉTRICO TIPO PRANCHÃO - CONTENDO 80 GRAVES- LOCAÇÃO MINI TRIO ELÉTRICO MONTADO EM CHASSIS TRUCADO, NAS MEDIDAS MÍNIMAS PALCO COM 8 X 4M,	DIARIA	10	R\$ 9.750,00	R\$ 97.500,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



		COMPRIMENTO 12,50M; LARGURA 2,60M E ALTURA 4,20M, COM PASSARELA SUPERIOR (SEGUNDO PALCO), COM 01 GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA DE 80KVA, COM SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPOSTO DE P.A. FRENTE – 24 GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 TITANIUM; P.A. FUNDO – 24 GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 TITANIUM; P.A. LATERAL (L) – 16 SUB GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 DRIVER TITANIUM, P.A. LATERAL (R) – 16 SUB GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 DRIVER TITANIUM, AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL COM O SISTEMA, MONITOR 06 MONITORES SM400 OU SIMILAR, 1 MESA DE 01 V YAMAHA 32 CANAIS OU SIMILAR; 2 POWER PLAY BEHRING 8 CANAIS OU SIMILAR; 2 MONITORES 2 X 12; 1 SIDE PARA BATERIA 2 X 15, 01 AMPLIFICADO PARA BAIXO, 01 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA; 1 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA SHURE COM 6 PEÇAS OU SIMILAR, 8 MICROFONES PARA VOZ SHURE OU SIMILAR; 16 MICROFONES PARA PERCUSSÃO, 1 MICROFONE UHF SEM FIO SHURE OU SIMILAR; 10 PEDESTAIS; 10 GARRAS LP, 1 BATERIA COMPLETA, 8 FONES PORTA PRÓ OU SIMILAR; E COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO DE 16 PAR LED, 08 REFLETORES LUZ BRANCA 1000W, 01 MESA DMX.				
1	60	MESA PLÁSTICA - MESA NA COR BRANCO, EM PVC, EMPILHÁVEL, FORMATO QUADRADO; ALTURA MÍNIMA DE 70CM; TAMPO QUADRADO COM NO MÍNIMO 65CM EM CADA LADO	DIARIA	100	R\$ 12,33	R\$ 1.233,00
	61	CADEIRA PLÁSTICA - CADEIRA MONOBLOCO, NA COR BRANCO, EM PVC, SEM BRAÇOS, EMPILHÁVEL, ESPALDAR ALTO; CAPACIDADE MÍNIMA DE 140 KG; ALTURA DO ASSENTO COM, NO MÍNIMO, 38 CM E, NO MÁXIMO, 49 CM; LARGURA DO ASSENTO COM, NO MÍNIMO, 34CM E, NO MÁXIMO, 77 CM; PÉS COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE.	DIARIA	1000	R\$ 7,33	R\$ 7.330,00
	62	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM - COMPLETA INCLUÍDO CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR. ESTADIA EM SUÍTE (QUARTO COM BANHEIRO), AR CONDICIONADO	DIARIA	800	R\$ 310,00	R\$ 248.000,00
	63	SERVIÇOS DE CAMARIM – TIPO 01** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMARIM COM OS SEGUINTE ITENS: 30 GARRAFAS DE 500ML DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS / 01 BANDEJA DE FRUTAS DA ÉPOCA / 01 CENTRO DE SALGADOS VARIADOS / 01 BOLO SABOR VARIADO / 01 JARRA DE ÁGUA DE COCO (1 LITRO) / 02 TOALHAS DE BANHO BRANCA / 20 CAIXA DE SUCO (D'VALE OU SIMILAR) / 01 GARRAFA DE REFRIGERANTE DE 02 LITROS / 08 ENERGÉTICOS 250ML (RED BULL OU SIMILAR) / 40 SANDUÍCHES NATURAIS / 02 LITROS DE SUCOS NATURAIS / 01 PACOTE DE GUARDANAPO DE PAPEL / 01 PCT DE COPO DESCARTÁVEL 200ML / 01 MESA / 05 CADEIRAS / 01 GARRAFA DE CAFÉ FRESCO E ADOÇADO / 01 ARARA COM CABIDES / 01 ESPELHO GRANDE / 01 SOFÁ / 06 TALHERES	SERV	30	R\$ 2.100,00	R\$ 63.000,00
	64	SERVIÇOS DE CAMARIM – TIPO 02***PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMARIM COM OS SEGUINTE ITENS: 90 GARRAFAS DE 500ML DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS / 02 BANDEJAS DE FRUTAS DA ÉPOCA / 02 CENTROS DE SALGADOS VARIADOS / 02 BOLOS SABORES VARIADOS / 02 JARRAS DE ÁGUA DE COCO (1 LITRO) / 03 TOALHAS DE BANHO BRANCA / 40 CAIXAS DE SUCO (D'VALE OU SIMILAR) / 03	SERV	30	R\$ 3.933,33	R\$ 117.999,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



	GARRAFAS DE REFRIGERANTE DE 02 LITROS / 20 ENERGÉTICOS 250ML (RED BULL OU SIMILAR) / 40 SANDUÍCHES NATURAIS / 04 LITROS DE SUCOS NATURAIS / 01 PACOTE DE GUARDANAPO DE PAPEL / 01 PCT DE COPO DESCARTÁVEL 200ML / 02 MESAS / 10 CADEIRAS / 02 GARRAFA DE CAFÉ FRESCO E ADOÇADO / 01 ARARA COM CABIDES / 01 ESPELHO GRANDE / 01 SOFÁ / 12 TALHERES			
	Valor Global			R\$ 6.644.412,86

O custo estimado total da contratação é de R\$ 6.644.412,86 (Seis Milhões, Seiscentos e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Doze Reais e Oitenta e Seis Centavos) conforme pesquisa de preço anexa.

5. PRAZO DO CONTRATO:

5.1. O contrato administrativo decorrente da presente contratação terá prazo de duração de **12 (doze) meses**, na forma do art. 105, *caput*, da Lei 14.133/21.

6. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS:

6.1. Consideram-se bens e produtos comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado, que, através da pesquisa de mercado, são classificados a presente aquisição.

7. OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE:

- 7.1. São obrigações da Contratante:
- 7.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e seus anexos;
- 7.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens ou prestação de produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a prestação de produto do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos;
- 7.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência,



bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados

8. FORMA DE PAGAMENTO:

8.1. O pagamento será efetuado no prazo em até 30 (trinta) dias a contar da data da prestação do serviço, mediante a apresentação da documentação fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente do promotor da compra.

8.2. O pagamento será efetuado através de ordem bancária a favor da instituição bancária indicada pela CONTRATADA.

8.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada, enquanto houver pendência de liquidação da obrigação.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.2. Efetuar a entrega do objeto ou prestação do serviço em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a sua realização/entrega.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

9.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.6. Manter, durante toda a execução do produto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

10.1. A empresa contratada deverá atender a todas as exigências técnicas, legais e operacionais relativas aos seguintes serviços:

- a) **Locação de sistema de som profissional**, dimensionado conforme o porte e o público estimado de cada evento, com equipamentos modernos, potentes e adequados para espaços abertos ou fechados, incluindo mesa de som, caixas de retorno, microfones e operadores técnicos.
- b) **Montagem de palco modular**, com estrutura metálica reforçada, cobertura, escadas, laterais de proteção, piso antiderrapante e dimensões adaptáveis ao local e às necessidades do evento.



- c) **Fornecimento de geradores de energia**, silenciosos e com potência suficiente para alimentar todo o sistema de som, iluminação, painéis de LED e outras estruturas, com combustível incluso e operador durante o evento.
 - d) **Locação de toldos e coberturas**, tipo pirâmide ou similares, com estrutura metálica galvanizada e cobertura impermeável, para proteção do público, artistas, autoridades ou setores de apoio (bilheteria, alimentação, saúde, etc.).
 - e) **Painéis de LED de alta resolução**, para exibição de vídeos, transmissões ao vivo, vinhetas, publicidade institucional e outras mídias, incluindo operador técnico e suporte estrutural.
 - f) **Sanitários químicos**, com manutenção diária, higienização adequada e separação por gênero, garantindo conforto e dignidade ao público participante.
 - g) **Serviços de decoração temática**, adaptada ao estilo de cada evento (junino, vaquejada, religioso, cívico), incluindo ambientação com elementos visuais, iluminação decorativa e montagem segura.
 - h) **Estruturas de apoio**, como camarins para artistas, grades de isolamento, extintores de incêndio, sinalização de emergência, cobertura de backstage, pontos de energia e demais itens necessários ao bom funcionamento e à segurança do evento.
- 10.2. Toda a logística, mão de obra, transporte e execução dos serviços será de responsabilidade da empresa contratada, que deverá obedecer aos cronogramas e orientações da Secretaria Municipal responsável. A solução visa garantir que os eventos ocorram com qualidade, segurança, conforto e dentro das normas técnicas e legais, assegurando o pleno atendimento à população e o fortalecimento da cultura local.

11. SUBCONTRATAÇÃO:

11.1. É vedada a subcontratação, cessão e/ou transferência total ou parcial do objeto deste termo.

12. GARANTIA DE EXECUÇÃO:

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

- 18.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- 18.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 18.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
- 18.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;



18.1.5. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- 18.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 18.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 18.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 18.1.5.4. deixar de apresentar amostra;
- 18.1.5.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

18.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.7. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração

18.1.8. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

18.1.9. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

18.1.10. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

18.1.11. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.11.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.11.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.11.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

18.1.12. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

18.1.13. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

18.1.14. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.15. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. Com fulcro na Lei 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.3.1. advertência;

18.3.2. multa;

18.3.3. impedimento de licitar e contratar;

18.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

18.4.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;



- 18.4.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 18.4.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 18.4.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 18.4.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.5. A sanção prevista na cláusula 18.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 18.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

18.6. A sanção prevista na cláusula 18.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 18, deste edital.

18.7. A sanção prevista na cláusula 18.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.8. A sanção prevista na cláusula 18.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 18.1.8, 18.1.9, 18.1.10, 18.1.11 e 18.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 18.1.2, 18.1.3, 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6 e 18.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 18.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.9. As sanções previstas nas cláusulas 18.3.1, 18.3.3 e 18.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 18.3.2.

18.10. Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

18.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



18.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

18.13. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CEIS e CNEP.

18.15. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

18.16. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

18.17. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

18.18. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

18.19. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

18.20. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

19. EXTINÇÃO CONTRATUAL:

19.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



19.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

19.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- c) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

19.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.3.3. Indenizações e multas.

19.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

20. ALTERAÇÕES:

20.1. As alterações observarão os casos previstos no art. 124 da Lei 14.133/21, desde que haja interesse e as devidas justificativas nas:

- I. Alterações Unilaterais pela administração, nos moldes do art. 124, inciso I e alíneas “a” e “b”;
- II. Alterações por acordo entre as partes, nos moldes do art. 124, inciso II e alíneas “a”, “b”, “c”, “d”;

20.2. As alterações unilaterais, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, acréscimos e supressões.



20.3. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

20.4. Caso haja a alteração unilateral que aumente ou diminua os encargos do contratado, a administração deverá restabelecer, no mesmo termo de aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

21.1. O valor estimado para a contratação será de R\$ 6.644.412,86 (Seis Milhões, Seiscentos e Quarenta e Quatro Mil, Quatrocentos e Doze Reais e Oitenta e Seis Centavos).

22. REAJUSTE DE PREÇO:

22.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

22.2. O preço poderá ser reajustado, contados da data de celebração deste ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

22.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

22.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

22.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

22.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

22.7. Caso o contratado solicite revisão ou repactuação do valor contratado, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) para deferir ou indeferir o pedido.

23. CASOS OMISSOS:

23.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as



disposições contidas código civil e na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

24. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

- 24.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 24.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 24.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 24.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 24.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 24.6. A fiscalização decorrente desta contratação na **Secretaria Municipal de Administração**, será acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) **CAROLAINÉ ARAÚJO DE CARVALHO**, matrícula Nº 2878, nomeado pela **Portaria nº 107/2023, de 06 de novembro de 2023**, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.
- 24.7. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 24.8. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 24.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 24.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 24.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual



24.12. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

24.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

25. DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1. O Município de Várzea da Roça – Bahia, reserva-se no direito de impugnar o fornecimento prestado, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

25.2. Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal Nº 386/ 2024, que regulamenta a Nova Lei de Licitação.

25.3. Fica eleito o foro da Comarca de Várzea da Roça – Bahia, como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

25.4. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle do futuro instrumento contratual, serão feitas sempre por escrito.

APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.

Maicon Rios Figueredo
Secretário Municipal de Administração



APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA, conforme quantidades e especificações expostas em Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

Fundamento: Lei 14.133/2021, art. 18.

1. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público) - inciso I do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021 e Resolução nº. 03, de 29 de março de 2023.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

A presente contratação tem por finalidade viabilizar a realização dos eventos tradicionais, culturais, cívicos e comunitários organizados pelo Município de Várzea da Roça/BA, por meio da disponibilização de infraestrutura completa e adequada, garantindo a segurança, a qualidade e o bem-estar dos participantes.

Busca-se, com isso, fomentar a cultura local, preservar as tradições populares, promover o lazer e a integração social da população, além de impulsionar a economia criativa e o comércio local por meio da geração de oportunidades durante as festividades. A contratação objetiva atender de forma eficiente e técnica às demandas logísticas dos eventos, suprimindo as carências estruturais da administração municipal, e assegurando a realização de atividades públicas com profissionalismo, organização e respeito às normas de segurança e acessibilidade.

Diante do cenário multifinalitário e da demanda recorrente, justifica-se a adoção do modelo de contratação por Sistema de Registro de Preços (SRP), de forma a garantir a economicidade, eficiência e planejamento da administração pública.

A proposta encontra respaldo na Constituição Federal, art. 37, caput, que impõe à Administração Pública a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência; bem como na Lei nº 14.133/2021, notadamente no art. 11, que trata do planejamento da contratação.



A necessidade da aquisição foi identificada por meio de:

- 1º Demandas recorrentes da população local, que prestigia e valoriza as festividades públicas tradicionais, como festas juninas, cavalgadas, eventos religiosos, festividades cívicas, inaugurações e atividades culturais;
- 2º A inexistência de estrutura física e técnica própria por parte da administração municipal para a realização direta desses eventos, o que inviabiliza a execução com os recursos disponíveis internamente;
- 3º A experiência de anos anteriores, que demonstrou a necessidade de contratação especializada para assegurar qualidade, segurança e atendimento adequado ao público participante;
- 4º A necessidade da aquisição foi identificada por meio do planejamento anual das ações culturais e sociais promovidas pela Prefeitura Municipal de Várzea da Roça/BA, elaborado em conjunto com as Secretarias responsáveis e com base no histórico de realização de eventos tradicionais no município.

2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para garantir a adequada execução do objeto, a futura contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

2.1 Habilitação Técnica:

- a) Comprovação de experiência anterior na prestação de serviços similares, mediante apresentação de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.;
- b) Apresentação de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) ou equivalente, emitida por profissional habilitado pelo CREA ou CAU, quando aplicável à montagem de estruturas temporárias.

2.2 Qualificação Operacional:

- a) Disponibilidade de equipe técnica capacitada para montagem, operação e desmontagem de estruturas de som, palco, iluminação, painéis de LED, geradores e outros equipamentos, devidamente uniformizada e identificada;
- b) Capacidade de atender múltiplos eventos, em datas distintas ou simultâneas, conforme cronograma estabelecido pela Administração Municipal.;

2.3 Equipamentos e Estrutura:

- a) Equipamentos e materiais devem estar em perfeitas condições de uso, com manutenção preventiva em dia, e apresentar qualidade compatível com eventos de médio e grande porte;
- b) Fornecer os produtos nos locais indicados pela Administração, em condições adequadas de transporte, acondicionamento e higiene;



- c) Apresentação, quando solicitado, de laudos de vistoria, certificados de conformidade e/ou testes de funcionamento dos geradores, painéis de LED, estruturas metálicas e demais itens que exijam segurança técnica;

2.4 Aspectos Legais e Normativos:

- a) Cumprimento integral das normas da ABNT, Corpo de Bombeiros, normas de segurança do trabalho, acessibilidade e demais legislações aplicáveis aos serviços de eventos públicos.
- b) Responsabilidade total pela segurança da estrutura durante montagem, operação e desmontagem, incluindo prevenção de acidentes e cobertura por seguro de responsabilidade civil, se exigido em edital.

2.5 Logística e Execução:

- a) Capacidade de realizar a entrega, montagem e desmontagem dos equipamentos nos prazos definidos pela Administração, com antecedência mínima de 24 horas antes do evento e retirada em até 12 horas após o encerramento.
- b) Responsabilidade pelo transporte dos equipamentos até o local dos eventos, bem como por toda a logística necessária, sem custos adicionais para o contratante.

2.6 Sustentabilidade e Limpeza:

- a) Compromisso com práticas sustentáveis e de descarte adequado de resíduos.
- b) Obrigação de deixar o local limpo após o evento, removendo toda a estrutura montada e resíduos gerados pela execução dos serviços.

Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no termo de referência;

O licitante deve proporcionar o serviço a fim de atender a Prefeitura Municipal de Várzea da Roça – Bahia e suas Secretarias, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas neste instrumento e também estabelecidas no Termo de Referência e seus apêndices.

O contratado deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos itens que serão prestados o serviço.

O contratado deverá prestar o serviço diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO

ITEM	Descrição	UNID	QTDE.
------	-----------	------	-------



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



1	SANITARIO QUÍMICO - CABINE SANITÁRIA INDIVIDUAL, PORTÁTIL, DIMENSÕES MÍNIMAS DE 1,1M X 1,1M X 2,1M DE ALTURA, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PISO ANTIDERRAPANTE, TETO TRANSLÚCIDO, FECHADURA COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO" EXTERNA, CAIXA DE DEJETOS COM CAPACIDADE DE 227 LITROS, ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PORTA OBJETOS, ABERTURA PARA VENTILAÇÃO, MANUTENÇÃO DIÁRIA COM PRODUTOS PARA DESINFECÇÃO E DESODORIZAÇÃO. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIARIA	800
2	SANITARIO QUÍMICO PARA PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - CABINE SANITÁRIA PROJETADA PARA PNE (PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS), PORTÁTEIS, COM ACESSO E ESPAÇO INTERNO SUFICIENTE PARA MOVIMENTAÇÃO DE CADEIRAS DERODAS, CORRIMÕES DE SEGURANÇA, EM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, PISO ANTIDERRAPANTE, TETO TRANSLÚCIDO, FECHADURA COM INDICAÇÃO "LIVRE/OCUPADO" EXTERNA, CAIXA DE DEJETOS COM CAPACIDADE PARA 227 LITROS, ASSENTO, SUPORTE PARA PAPEL HIGIÊNICO E PORTA OBJETOS, ABERTURA PARA VENTILAÇÃO, MANUTENÇÃO DIÁRIA COM PRODUTOS PARA DESINFECÇÃO E DESODORIZAÇÃO. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIÁRIA	20
3	SALAS EM OCTANORM PARA CAMARIM COM AR CONDICIONADO - SALA MEDINDO 05 X 05 METROS COM TETO, CONFECCIONADA EM DIVISÓRIA MODELO TS FORMICADAS FRENTE E VERSO NA COR BRANCA, 01 PORTA COM FECHADURA, PISO MEDINDO 5,50 X 5,50 METROS CONFECCIONADO COM REVESTIMENTO DE CARPETE NA COR GRAFITE, 01 AR CONDICIONADO, 01 COBERTURA 05 X 05 NA COR BRANCA, ILUMINAÇÃO AMBIENTE INTEIRA E 02 TOMADAS PARA PONTO DE ENERGIA. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIARIA	60
4	PLATAFORMA ELEVADA PARA OBSERVAÇÃO MEDINDO 3 X 2 MTS: A ESTRUTURA SERÁ METÁLICA TUBULAR COM PEÇAS ARTICULADAS E DESMONTÁVEIS, EM TUBOS DE AÇO GALVANIZADO DE 1 ½ - UMA E MEIA OU ATÉ 2" (DUAS POLEGADAS), COM AS CONEXÕES NECESSÁRIAS NA MESMA BITOLA. A ESCADA TAMBÉM SERÁ EM ESTRUTURA METÁLICA TUBULAR. O PISO SERÁ EM FOLHA DE COMPENSADO DE 15 MM DE ESPESSURA. OBS: INCLUINDO MONTAGEM, DESMONTAGEM, TRANSPORTE, LIMPEZA, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DO OPERADOR.	DIARIA	60
5	FECHAMENTO - EM PLACAS GALVANIZADAS MEDINDO 2,5M ALTURA E 2,00M LARGURA.	METRO/DIARIA	5000
6	GRADE DE CONTENÇÃO/DISCIPLINADORES 1 METRO DE ALTURA X 2,5 DE COMPRIMENTO EM ESTRUTURA GALVANIZADA.	METRO/DIARIA	5000
7	HOUSE MIX - ESTRUTURA PARA CONTROLE DE SOM, AFASTADA DO PALCO PRINCIPAL, ESTRUTURA TIPO EM FERRO GALVANIZADO, COMPOSTA POR UM TOLDO DE 4 ÁGUAS MEDINDO 5X5 MTS, COBERTURA EM LONA BRANCA ANTICHAMAS EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO, PISO EM PLACAS DE MADEIRA.	DIARIA	20
8	PALCO DIMENSÕES 05MX05MX1 M EM ALUMINIO P-30, COM COBERTURA MODELO QUATRO AGUAS EM LONA BRANCA ANTI-CHAMA, PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, ESCADA LATERAL COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTI-DERRAPANTES	DIARIA	10
9	PALCO DIMENSÕES 10MX11MX2,20M COM COBERTURA EM MODELO DUAS ÁGUAS, FABRICADO EM ALUMINIO TIPO P30, COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, UMA ESCADA LATERAL COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES.	DIARIA	10
10	PALCO DIMENSÕES 14MX11MX2,20M COM COBERTURA EM MODELO DUAS ÁGUAS, FABRICADO EM ALUMINIO TIPO P50, COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, COM PASSARELA CENTRAL MEDINDO NO MÍNIMO 6MX2,5M, DUAS ESCADAS LATERAIS COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES	DIARIA	10
11	PALCO DIMENSÕES 18MX12MX2,20M COM COBERTURA EM MODELO DUAS ÁGUAS, FABRICADO EM ALUMINIO TIPO P30, COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA PISO EM PLACAS DE MADEIRA TODO REVESTIDO EM CARPETE, COM PASSARELA CENTRAL MEDINDO NO MÍNIMO 6MX2,5M, DUAS ESCADAS LATERAIS COM CORRIMÃO E DEGRAUS ANTIDERRAPANTES	DIARIA	20
12	CAMAROTE DA INCLUSÃO MEDINDO 05MX05MX1,00M, EM ALUMINIO P-50,	DIARIA	4



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



	COM COBERTURA EM LONA BRANCA ANTI-CHAMA, GUARDA-CORPO, PISO EM PLACAS DE MADEIRA TOPO REVESTIDO EM CARPETE, RAMPA DE ACESSO.		
13	PORTICO MEDINDO 14X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	12
14	PORTICO MEDINDO 10X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	10
15	PORTICO MEDINDO 8X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	10
16	PORTICO MEDINDO 6X6 M, ESTRUTURA EM ALUMÍNIO TIPO BOX TRUSS P30.	DIARIA	15
17	BACKDROP MEDINDO 4MX2M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P30.	DIARIA	20
18	BACKDROP MEDINDO 3MX2M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P30.	DIARIA	10
19	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 1 metro.	DIARIA	10
20	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 2 metros.	DIARIA	40
21	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 3 metros.	DIARIA	40
22	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 4 metros.	DIARIA	80
23	TRELIÇA EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, Peça medindo 5 metros.	DIARIA	40
24	CUBO EM BOX TRUSS Q30: Em alumínio, união de 6 extremidades.	DIARIA	100
25	GREPO PARA BOXTRUSS Q30: Em alumínio, completo com parafusos.	DIARIA	70
26	TENDA MEDINDO 10MX10M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P-30, COM COBERTURA MODELO DUAS ÁGUAS, , COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA.	DIARIA	14
27	TENDA - MEDINDO 10MX20M, ESTRUTURA EM ALUMINIO P-30, COM COBERTURA MODELO DUAS ÁGUAS, , COBERTO POR LONA BRANCA ANTICHAMA.	DIARIA	16
28	TENDA -TAMANHO 5 X 5M, ARMAÇÃO GALVANIZADO, COM COBERTURA MODELO 04 AGUAS, EM LONA BRANCA ANTI-CHAMAS, DEVENDO AS MESMAS ESTAREM EM PERFEITO ESTADO DE CONSERVAÇÃO.	DIARIA	600
29	GERADOR DE ENERGIA 180 KVA - GABINADO, SILENCIADO, COM OPERADOR DISPONIVEL DURANTE TODO EVENTO (COM ALIMENTAÇÃO NECESSARIA/COMBUSTIVEL)	DIARIA	50
30	GERADOR DE ENERGIA 250 KVA - GABINADO, SILENCIADO, COM OPERADOR DISPONIVEL DURANTE TODO EVENTO (COM ALIMENTAÇÃO NECESSARIA/COMBUSTIVEL)	DIARIA	20
31	ILUMINAÇÃO CÊNICA - 24 REFLETORES PAR LED DE 3WTS	DIARIA	10



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



32	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PEQUENO PORTE - 01 MESA ANALÓGICA; 12 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTSPOR CANAL; 01 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8 VIAS; 24 REFLETORES PAR 64 COM FILTROS ROSCO CORES DIVERSAS; 04 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 20 METROS DE ESTRUTURA EM ALÚMINIO BOX TRUSS Q30; 01 MÁQUINA DE FUMAÇA DMX	DIARIA	10
33	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO MÉDIO PORTE - 01 MESA COMPUTADORIZADA 2048 CANAIS; 24 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTS POR CANAL; 01 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8 VIAS; 48 REFLETORES PAR 64 COM FILTROS FOSCOS CORES DIVERSAS; 12 BIM 200, 08 REFLETORES ELIPSOIDAI; 04 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 02 CANHÕES SEGUIDORES 1200 WATTS; 40 METROS DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO BOX TRUSS Q30; 04 CORNER BOX TRUSS Q30; 06 TALHAS DE 1 TONELADA, ELEVAÇÃO DE 8 METROS COM MANILHAS E CINTAS; 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA DMX; SISTEMA DE INTERCON COM 3 PONTOS.	DIARIA	24
34	SISTEMA DE ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE - 01 MESA COMPUTADORIZADA 2048 CANAIS; 64 CANAIS DE DIMMER MONTADOS EM RACK DE 4.000 WATTS POR CANAL; 03 AMPLIFICADOR DE SINAL DMX DE 8 VIAS; 72 REFLETORES PAR 64 COM FILTROS FOSCOS CORES DIVERSAS; 24 BIM 200, 12 REFLETORES ELIPSOIDAI; 08 REFLETORES MINIBRUTTS COM 6 LÂMPADAS DWE 650 WATTS; 36 REFLETORES PAR LED RGBW; 40 METROS DE ESTRUTURA EM ALUMÍNIO BOX TRUSS Q 30; 24 BOX TRUSS; 06 CORNER BOX TRUSS; 12 CORNER 4 FACES Q30; 16 TALHAS DE 1 TONELADA, ELEVAÇÃO DE 8 METROS COM MANILHAS E CINTAS; 02 MÁQUINAS DE FUMAÇA DMX; 02 HAZERS; SISTEMA DE INTERCON COM 6 PONTOS	DIARIA	24
35	REFLETOR PAR LED COM 18 LEDS DE 18W. Bivolt, Rgbwa-Uv, 16 Milhões De Efeito Mix De Cores Ilimitadas, Ângulo De 25 Graus, Dimmer: 0-256 Graus Elétrico Ajustável, Strobe Mesma Velocidade Ajustável Passo, Random Strobe Elétrica, Strobe Pulse, Controle, Standard Dmx512, 7 Canais, Master /Escravo, Trabalha Sozinho Seguindo o Som, Endereçamento LP automático.	DIARIA	400
36	PROJETOR DE SINALIZAÇÃO DE GRANDE ALCANCE PARA EVENTOS: conjunto com 02 (dois) aparelhos de projetor de sinalização de longo alcance de 4.000 watts cada.	DIARIA	4
37	LED WASHERS 180X3W (44R + 44B + 24W + 24A): Bivolt, Rgbwa Full Color Mixing, Ângulo De 15 Ou 30 Graus, Modo De Operação: Dmx, Automático, Dimmer 0-100%, Aplicação Outdoor, Potência De No Mínimo 600w	DIARIA	60
38	LED WASHERS 72X1W (18R + 18B + 18W + 18A): Bivolt, Rgbwa Full Color Mixing, Ângulo De 15 Ou 30 Graus, Modo De Operação: Dmx, Automático, Dimmer 0-100%, Aplicação Outdoor, Potência De No Mínimo 80w.	DIARIA	60
39	MOVING HEAD COM 29 CANAIS DMX, 02 DISCOS DE CORES: Sendo 01 Com 09 Cores Fixas E 01 Com 08 Cores Substituível, Correção De 3200k E Filtro UV, 02 Discos De Gabas Sendo 01 Com 06 Gobos Fixos E 01 Com 07 Gabas Rotantes, Prisma De 3 Facetas De Rotação Em Ambos Os Sentidos Em Diferentes Velocidades, Dimmer, Shutter, Foco Motorizado, Irís, Frost e Zoom Motorizado.	DIARIA	60



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



40	MOVING HEAD LED 1200 BMFL, 32 CANAIS DMX, 01 DISCO DE COR: sendo 6 cores, 02 discos de gabo sendo 06 gabas rotantes em cada disco, prisma de 3 faces de rotação em ambos, dimmer / shutter / foco motorizado, íris / frost / foco motorizado, zoom motorizado e cmy / cto.	DIARIA	40
41	CANHÃO SEGUIDOR 15R COM POTÊNCIA MÍNIMA 15R: 5 Cores Seleccionáveis Através De Alavanca, Tripé Completo, Lente 24 Para Zoom De 1 O Metros A 60 Metros, Abertura Inicial 15°, Íris, Ajuste de Foco.	DIARIA	12
42	TUBO LED 3D: pixel a pixel com sistema madrix.	DIARIA	200
43	REFLETOR PAR 641000 W DE ILUMINAÇÃO: holofote em alumínio unid. polido bipartido, lâmpada par 60 64, fio térmico, alça, tela interna de proteção, pintura interna, alicate da porta gelatina, trave de alça, pés, suporte gelatina.	DIARIA	15
44	REFLETOR ELIPSOIDAL COM POTÊNCIA DE 750W: Tambor Rotativo de Aproximadamente 25%, Ferramenta de Ajuste da Lâmpada, Alças Duplas Traseiras, Suporta Dimmer Dobrar.	DIARIA	40
45	REFLETOR MINI BRUTTI LED OUTDOOR: com duas lâmpadas.	DIARIA	40
46	REFLETOR MINI BRUTTI LED OUTDOOR: com quatro lâmpadas.	DIARIA	40
47	REFLETOR MINI BRUTTI LED OUTDOOR: com seis lâmpadas.	DIARIA	40
48	PAINEL DE LED ALTA DEFINIÇÃO OUTDOOR PH 3.9 MM: brilho acima de 4000nits, refresh rate 3840 hz, processamento digital com 2.000 entrada e saída hdmi, sdi, vga.	Metro/Diária	400
49	PAINEL DE LED STRIP (VAZADO) P3: (menor resolução).	Metro/Diária	200
50	PAINEIS DE LED - OUTDOOR PH 5MM, MEDINDO 4M X 2M, COM SISTEMA DE SEND CARD E VÍDEO PROCESSADORA (PARA PASSAR IMAGENS DE CÂMERAS AO VIVO) NOTEBOOK, CABEAMENTO E TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DO MESMO.	DIARIA	30
51	PAINEIS DE LED - OUTDOOR PH 5MM, MEDINDO 6M X 3M, COM SISTEMA DE SEND CARD E VÍDEO PROCESSADOR (PARA PASSAR IMAGENS DE CÂMERAS AO VIVO) NOTEBOOK, CABEAMENTO E TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DO MESMO.	DIARIA	40
52	PAINEIS DE LED - OUTDOOR PH 5MM, MEDINDO 7M X 4M, COM SISTEMA DE SEND CARD E VÍDEO PROCESSADOR (PARA PASSAR IMAGENS DE	DIARIA	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



	CÂMERAS AO VIVO) NOTBOOK, CABEAMENTO E TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INSTALAÇÃO DO MESMO.		
53	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MICROCAIXAS - 02 CAIXAS AMPLIFICADAS DE 500 W CADA, MIXER 08 CANAIS E OPERADOR, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO (PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS) SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MICROCAIXAS – 02 CAIXAS AMPLIFICADAS DE 500 W CADA, MIXER 08 CANAIS E OPERADOR, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO (PARA REALIZAÇÃO DE PALESTRAS)	DIARIA	6
54	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PEQUENO PORTE - SISTEMA DE PA DE PEQUENO PORTE, 2 MONITORES DE RETORNO, MIXER 16 CANAIS E OPERADOR, 04 CAIXAS DE GRAVES, 04 CAIXAS TREE- WAY, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO. (PÚBLICO DE ATÉ 200 PESSOAS)	DIARIA	12
55	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO PEQUENO PORTE 02 - SISTEMA DE PA DE PEQUENO PORTE, 4 MONITORES DE RETORNO, MIXER 32 CANAIS E OPERADOR, 08 CAIXAS DE GRAVES, 08 CAIXAS TREE- WAY, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO. (PÚBLICO DE ATÉ 500 PESSOAS)	DIARIA	10
56	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MÉDIO PORTE - SISTEMA DE PA DE PEQUENO PORTE, 8 MONITORES DE RETORNO, MIXER 32 CANAIS E OPERADOR, 12 CAIXAS DE GRAVES, 12 CAIXAS TREE- WAY, MICROFONES E CABEAMENTO NECESSÁRIO. (PÚBLICO DE ATÉ 1.000 PESSOAS)	DIARIA	12
57	SISTEMA DE SONORIZAÇÃO MÉDIO PORTE 02 - 02 MESAS DIGITAIS COM 48 CANAIS DE ENTRADA, EQUALIZAÇÃO PARAMÉTRICA, COMPRESSOR, GATE POR CANAL, 24 CANAIS DE SAÍDA COM EQUALIZADOR GRÁFICO DE 31 BANDAS POR CANAL, 2 FONTES DE ALIMENTAÇÃO; SISTEMA DE SONORIZAÇÃO LINEARRAY IMPORTADO COMPOSTO POR 9 CAIXAS TREE-WAY POR LADO, COBERTURA VERTICAL DE 10 GRAUS, HORIZONTAL DE 120 GRAUS, SISTEMA DE BUMPER PARA ELEVAÇÃO DO SISTEMA OU ACESSÓRIOS PARA TRABALHAR EM GROUND STACKED, 12 CAIXAS DE SUB GRAVE COM 2 FALANTES DE 18" CADA, POR LADO; 02 SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO COM 4 RACKS DE POTÊNCIA COM 4 AMPLIFICADORES CLASSE D, COM NO MÍNIMO 2400 WATTS RMS POR CANAL EM 2 OMHS; 01 PROCESSADOR DIGITAL COM 4 ENTRADAS E 8 SAÍDAS; SOFTWARE DE GERENCIAMENTO DO SISTEMA ATRAVÉS DE TABLET OU COMPUTADOR; 01 MULTICABO DE 48 CANAIS DE ENTRADA, TRANSFORMADOR DE FASE POR CANAL COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 60 METROS; 01 MULTICABO DE SINAL DE 12 VIAS COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 60 METROS PARA O PROCESSAMENTO; MAINPOWER TRIFÁSICO DE 63 AMPERES POR FASE, REGULADOR DE TENSÃO, VOLTÍMETRO E AMPERÍMETRO; MAINPOWER TRIFÁSICO DE 125 AMPERES POR FASE, REGULADOR DE TENSÃO, VOLTÍMETRO, AMPERÍMETRO E TRANSFORMADOR ISOLADOR DE 10.000 WATTS PARA ALIMENTAÇÃO; SISTEMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE P.A. E MONITOR; SISTEMA COM 16 MONITORES PASSIVOS TWO-WAY COM 02 FALANTES DE 12" E 1 DRIVE CADA; SIDEFILL COMPOSTO POR 2 CAIXAS TREE-WAY DE ALTA FREQUÊNCIA E 2 DE SUBGRAVE COM FALANTES DE 18" POR LADO; SISTEMA DE AMPLIFICAÇÃO PARA ALIMENTAÇÃO DO SIDEFILL COMPOSTO POR 01 RACK COM 4 AMPLIFICADORES CLASSE D, POTÊNCIA MÍNIMA DE 1000 WATTS POR CANAL; MICROFONES COM PEDESTAIS WATTS POR CANAL; MICROFONES COM PEDESTAIS, MICROFONES SEM FIO, DIRECT BOX, SUB SNAKE COM MULTIPINOS. (PÚBLICO ATÉ 5000 PESSOAS)	DIARIA	15



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



	<p>SISTEMA DE SONORIZAÇÃO GRANDE PORTE 02- LINE ARRAY LCR – 72 BAIXAS: COMPOSIÇÃO DO PA:</p> <p>I - 03 CONSOLES DIGITAIS COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:</p> <ul style="list-style-type: none">• O CONSOLE VERSÁTIL COM TECNOLOGIA SUPER FPGA DE PROCESSAMENTO DIGITAL E PONTO FLUTUANTE.• O CONSOLE POSSUI 37 CANAIS, QUE POSSUI TRÊS BANCOS DE 12 FADERS MOTORIZADOS E UM FADER MASTER; NO CENTRO DA SUPERFÍCIE DE TRABALHO DE CADA CONSOLE ESTÁ UMA TELA DE TOQUE TFT LCD DE 15 POLEGADAS E ALTA RESOLUÇÃO COM TELA RETROILUMINADA. ATRAVÉS DESTA INTERFACE AMIGÁVEL, QUALQUER BANCO DE 12 FADERS PODE SER INSTANTANEAMENTE ATRIBUÍDO COMO CANAIS DE ENTRADA OU SAÍDA, PERMITINDO QUE TODOS OS 36 FADERS PRINCIPAIS CONTROLEM AS ENTRADAS, SE DESEJADO; DA MESMA FORMA, QUALQUER BANCO DE 12 TAMBÉM PODE SER ATRIBUÍDO À TELA SENSÍVEL AO TOQUE PARA AJUSTE FINO.• ALÉM DISSO, O CONSOLE SE BENEFICIA DE BOTÕES DE CONTROLE MULTIFUNCIONAIS DEDICADOS E ROTULAGEM ELETRÔNICA.• O CONSOLE POSSUE 120 CANAIS DE ENTRADA A 48KHZ / 96KHZ. PROCESSAMENTO DE CANAL PADRÃO, SEJA ENTRADAS OU SAÍDAS, INCLUI CHANNEL DELAY, SINGLE E MULTI CHANNEL PRESETS, DUAL INSERT POINTS, FILTROS HI E PASS A 24DB / OITAVA, EQ PARAMÉTRICO DE QUATRO BANDAS COM SELEÇÃO DE CURVA DE BANDA, DYN 1 (COMPRESSOR , DE-ESSER OU MULTI CHANNEL COMPRESSOR) E DYN 2 (GATE, COMPRESSOR OU DUCKER).• O CONSOLE TAMBÉM SE BENEFICIA DE 190 PROCESSADORES DYNAMIC EQ, TODOS OS QUAIS PODEM SER ATRIBUÍDOS A QUALQUER UM DOS CANAIS DE ENTRADA OU SAÍDA. ESSES PODEROSOS PROCESSADORES OFERECEM PROCESSAMENTO DINÂMICO EM CADA UMA DAS QUATRO BANDAS PARAMÉTRICAS PADRÃO, ALÉM DE 190 COMPRESSORES MULTIBANDAS E 190 DIGITUBES; E NÃO IMPORTA COMO O CONSOLE ESTEJA CONFIGURADO, O USUÁRIO NÃO PERDERÁ RECURSOS, POIS TODOS OS CANAIS ESTÃO EQUIPADOS PARA FORNECER O MESMO CAMINHO DE SINAL E CONJUNTO DE RECURSOS DE ALTA QUALIDADE.• A SEÇÃO MASTER INCORPORA 24 EQS GRÁFICOS DE 32 BANDAS GANBLE, 16 EFEITOS ESTÉREO (SELECIONÁVEIS EM UMA PALETA DE 33) E 24 GRUPOS DE CONTROLE (VCAS); E USANDO INSTANTÂNEOS, O USUÁRIO PODEM ALTERNAR ENTRE CONFIGURAÇÕES COMPLETAS EM QUALQUER AMBIENTE AO VIVO MAIS FÁCIL DO QUE NUNCA, SEJA EM ENSAIOS, DURANTE A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA OU ATÉ MESMO EM UM SHOW.• ALÉM DISSO, O CONSOLE POSSUI 48 BARRAMENTOS, TODOS DESIGNÁVEIS COMO GRUPOS MONO / ESTÉREO OU BARRAMENTOS AUXILIARES; E ALÉM DESSES BARRAMENTOS, PARA MAIOR CONFIGURABILIDADE, FORNECEMOS UMA MATRIZ DE SAÍDA DE 16 X 16, BUSSES DE SOLO DUPLO E UM BUSS MASTER. NO CONSOLES DIGITAL, O USUÁRIO NÃO PERDE OS AUX OU AES E DUAS NONEXÕES MADI.• A CONSOLA POSSUI UM RACK D2 QUE É UMA ENTRADA FIXA DE 8U 48 COM OITO SAÍDAS ANALÓGICAS, COM A CAPACIDADE COMBINAÇÃO DE AES/ EBU ANALÓGICA OU AVIOM. TAMBÉM PODE LIGAR CONSOLE A QUALQUER RACKS DE MICROFONE.• HÁ TAMBÉM UMA OPÇÃO OPTOCORE QUE PERMITE CONECTIVIDADE A TODOS OS RACKS E CONSOLES ANEXOS EM UM LOOP REDUNDANTE.• ALÉM DISSO, HÁ UM MÓDULO SOUNDGRID ANEXO QUE, QUANDO CONECTADO A UM SERVIDOR PC EXTERNO, FORNECE AO USUÁRIO ACESSO INSTANTÂNEO A 32 RACKS ESTÉREO WAVES DE BAIXA LATÊNCIA TOTALMENTE INTEGRADOS, CADA UM COM A CAPACIDADE DE TER PARA OITO PLUGINS POR RACK. ISSO É 128 I / O.• TODOS OS PLUG-INS COMPATÍVEIS COM O WAVES SÃO PRÉ-CARREGADOS E, COMO ISSO É PARTE INTEGRANTE DO CONSOLE, VOCÊ TEM A VANTAGEM ADICIONAL DE CONTROLAR A TELA SENSÍVEL AO TOQUE; E TODOS OS SHAPSHOTS E ARQUIVOS DE SESSÃO SÃO SALVOS NO CONSOLE. PERIFÉRICOS COMPATÍVEIS COM O CONSOLE E ITENS INDISPENSÁVEIS CONFORME DESCRITIVO ANTERIOR: <p>A) RACK 8U, COM 48 ENTRADAS FIXAS E 8 SAÍDAS, A CONTAGEM DE SAÍDA PODE SER AUMENTADA PARA 24, ESTAS PODEM SER QUALQUER COMBINAÇÃO DE: - ANALÓGICA, AES / EBU OU AVIOM.</p>		
58		DIARIA	15



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



B) UNIDADE MADI, GRAVA E REPRODUZ 48 CANAIS DE ÁUDIO DE 24 BITS DE FLUXO MADI COMPATÍVEL COM AES10, BEM COM ÁUDIO ESTÉREO COAXIAL AES3 (AES/EBU) EM DISCO RÍGIDO OU UNIDADE DE ESTADO SÓLIDO COM DESEMPENHO RAZOÁVEL E FRAGMENTAÇÃO MÍNIMA. COMPATÍVEL COM PRATICAMENTE TODOS OS COMPUTADORES QUE TENHA PROCESSADOR DUAL CORE OU MELHOR.

C) MÓDULO SOUNDGRID DE ONDAS – PROCESSADOR DE EFEITOS, ALÉM DO PADRÃO STEALTH FX, COM OPÇÃO DE UMA GRADE DE SOM WAVES TOTALMENTE INTEGRADA COM CONTROLE COMPLETO DOS PARÂMETROS DE PLUG-IN, BEM COMO A RECUPERAÇÃO DE INSTANTÂNEOS E CARREGAMENTO E SALVAMENTO SIMPLES DIRETAMENTE DA SUPERFÍCIE DOS CONSOLES.

D) CAT5 / MADI PARA CONVERSOR ÓPTICO. É CAPAZ DE RECEBER UMA LIGAÇÃO CAT5 A PARTIR DE UMA CONSOLA OU RACK P/ MICROFONE OU UMA LIGAÇÃO MADI A PARTIR DE UMA CONSOLA, RACK OU OUTRO DISPOSITIVO MADI E CONVERTÊ-LO PARA TRANSMISSÃO ÓPTICA OU VICE-VERSA. O PERIFÉRICO PERMITE DOIS FLUXOS MADI OU D-RACK OU UMA COMBINAÇÃO DOS DOIS. POSSUI AINDA 128 CANAIS DISPONÍVEIS E, COMO MENCIONADO ANTERIORMENTE, POSSUI E/SS COMPLETAMENTE INDEPENDENTES DENTRO DA CAIXA, SENDO A ÚNICA FONTE DE ALIMENTAÇÃO EM COMUM, DOIS DOS QUAIS SÃO FORNECIDOS PARA REDUNDÂNCIA.

- CAIXA DE CONEXÃO QUE PERMITI CONECTAR O CONSOLE PRINCIPAL A OUTROS CONSOLES SECUNDÁRIOS, SEJA RACK DE MICROFONES E ATÉ CONSOLE MADI, PERMITINDO QUE COMPARTILHE UM RACK ENTRE DOIS OU TRÊS CONSOLES, OU CONFIGURAÇÃO E ROTEAMENTO DE E / S SEM A NECESSIDADE DE UM COMPUTADOR.

QUALQUER CONSOLE QUE ESTEJA CONECTADO AO CONECTOR MADI PARA CONTROLAR O RACK .O APARELHO ANEXO É ALIMENTADO VIA USB, COM UMA SEGUNDA PORTA USB

ATUANDO COMO UM THRU.

II - PROCESSADORES DE FREQUÊNCIA ESTÉREO EM QUANTIDADE PARA COMPOR O PA COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:

- PROCESSADOR DE ALTO-FALANTE DE ÁUDIO DIGITAL AUTÔNOMO DE 2 ENTRADAS / 6 SAÍDAS. COM BASE NA TECNOLOGIA QUE OFERECE COMPATIBILIDADE PERFEITA COM OS SISTEMAS POWERED LOUDSPEAKER MANAGEMENT, BEM COMO COM TODOS OS PROCESSADORES E VERSÕES ANTERIORES DA TECNOLOGIA, INCLUINDO O MESA QUAD EQ E O CONTOUR. OS RECURSOS DE EQ E ATRASO FACILMENTE PROGRAMÁVEIS DO PROCESSADOR PERMITEM UMA RECONFIGURAÇÃO RÁPIDA PARA USO COMO PROCESSADOR E DRIVER DE LINHA PARA APLICAÇÕES DE ALTO-FALANTE AUTOALIMENTADO, BEM COMO PARA SISTEMAS QUE USAM AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA SEPARADOS.

- EM SINTONIA COM A FLEXÍVEL TECNOLOGIA DE PROCESSAMENTO IMPLEMENTADA ACEITA SINAIS DE ÁUDIO COMO ANALÓGICO, DIGITAL AES3 OU ATRAVÉS DA AVANÇADA REDE DE ÁUDIO DIGITAL DANTE A TAXAS DE AMOSTRAGEM DE 48 KHZ E 96 KHZ. A COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE PRIORIDADE DE ENTRADA PODE SER ATIVADA, E A UNIDADE PODE FUNCIONAR COMO UM MIXER DE MATRIZ DE ENTRADA E UMA CAIXA DE INTERRUPÇÃO E BREAK-OUT DANTE.

- OS RECURSOS EXCLUSIVOS DA DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO INCORPORADOS NO APARELHO INCLUEM EQUALIZAÇÃO DE COSINES ELEVADA; FASE LINEAR E CROSSOVERS CLÁSSICOS; E LIMITERMAX PEAK E RMS LIMITERS. A CAPACIDADE DO SUPER MÓDULO PERMITE O AGRUPAMENTO FLEXÍVEL DE CANAIS DO PROCESSADOR EM QUADROS DE HARDWARE SEPARADOS. TODAS AS FUNÇÕES SÃO CONTROLADAS VIA REDE COM OU SEM FIO PELO APLICATIVO DE SOFTWARE BASEADO NO WINDOWS. UMA FONTE DE ALIMENTAÇÃO UNIVERSAL COM CABO DE ALIMENTAÇÃO DE TRAVAMENTO DESTACÁVEL PERMITE O USO EM TODO O MUNDO.

- O PROCESSADOR PODE SER CONTROLADO OU MONITORADO ATRAVÉS DE UMA CONEXÃO GPIO (GENERAL PURPOSE INPUT OUTPUT) DE 9 PINOS. DISPOSITIVOS EXTERNOS, COMO SISTEMAS DE ALARME, PODEM ATIVAR FUNÇÕES DE MUDO, CONTROLE DE ENERGIA OU DE MEMORIZAÇÃO PREDEFINIDA; CONDIÇÕES DE STATUS E FALHA TAMBÉM PODEM SER RELATADAS EXTERNAMENTE. A CONFIGURAÇÃO DO GPIO ESTÁ DISPONÍVEL NO PAINEL FRONTAL OU

- EXIBIR EXIBIÇÃO DO MEDIDOR - A VISUALIZAÇÃO PADRÃO DA TELA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



DE LEITURA COM LUZ DO DIA FORNECE MEDIDORES DE REDUÇÃO DE GANHO DO MÓDULO I / O E DE GANHO DO LIMITADOR, JUNTAMENTE COM RÓTULOS DE QUADRO, MÓDULO E CANAL ASSOCIADOS; UMA EXIBIÇÃO DE STATUS DE E / S ALTERNATIVA FORNECE UM RESUMO DA CONFIGURAÇÃO DE ENTRADA, STATUS DO RELÓGIO DIGITAL E MEDIÇÃO DO NÍVEL DE ENTRADA. UM LED DEDICADO INDICA VÁRIAS FALHAS OU AVISOS.

- ROTEADOR MATRICIAL PODEROSO - O PROCESSADOR FORNECE UMA PODEROSA MATRIZ DE ROTEAMENTO DE SAÍDA ATRAVÉS DA INTERFACE DO PAINEL FRONTAL. SEMELHANTE À FUNCIONALIDADE PARALELA NO CONTROLADOR, ESSA MATRIZ PERMITE QUE QUALQUER ENTRADA OU SAÍDA DO MÓDULO SEJA ROTEADA PARA AS SAÍDAS ANALÓGICAS OU DIGITAIS. O PROCESSADOR PERMITE CNÍVEIS DE E / S DO MÓDULO E BOTÕES MUTE DEDICADOS - STA SEÇÃO É DEDICADA AOS SINAIS DE ENTRADA E SAÍDA DO MÓDULO, COM DISPLAYS DE MEDIDOR DE LED DE ENTRADA E ÍDA SEPARADOS POR UM MARCADOR BRANCO. OS SEGMENTOS O MEDIDOR PARA CADA CANAL INDICAM RECORTE (VERMELHO); - DB (AMARELO); E -6, -12, -60 DB (VERDE). O BOTÃO MUTE EDICADO ACENDE EM VERMELHO QUANDO ESTÁ MUDO E RANCO QUANDO NÃO ESTÁ MUDO; FICA APAGADO QUANDO O NAL ESTÁ INATIVO (SEM SOM) OU UNLIT (NÃO USADO).

- AJUSTE INTUITIVO DE PARÂMETRO - OS PARÂMETROS SÃO USTÁVEIS USANDO SEIS BOTÕES DE FUNÇÃO DINÂMICA E UM DIFICADOR ROTATIVO. UM PARÂMETRO EDITÁVEL PELO USUÁRIO IDENTIFICADO COM UM BOTÃO OU CODIFICADOR ILUMINADO, FERECENDO NAVEGAÇÃO E CONTROLE INTUITIVOS. OS ARÂMETROS PODEM SER AJUSTADOS EM PEQUENOS CREMENTOS E O AJUSTE SIMULTÂNEO DE MÚLTIPLOS ARÂMETROS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL.

SUÍTE DE SOFTWARE DO CONTROLADOR - O CONTROLADOR E OS PLICATIVOS ASSOCIADOS, INCLUINDO FIRMWARE UPDATE E RESET MANGER UTILITIES, FORMAM UM PODEROSO CONJUNTO E SOFTWARE QUE PERMITE O CONTROLE E O GERENCIAMENTO ETALHADOS DAS REDES DO PROCESSOR. O CONTROLADOR PERMITE O AJUSTE BASEADO EM PC DO WINDOWS DE TODOS OS ARÂMETROS DO PROCESSADOR, INCLUINDO GANHO, ATRASO, ITADORES, EQ, CRUZAMENTOS E TODA A CONFIGURAÇÃO E TEAMENTO DE E / S.

USANDO UM TABLET PC COM TELA DE TOQUE SEM FIO, O ONTROLADOR DE LAGO PODE SER USADO PARA AGRUPAR ROCESSADORES PARA O CONTROLE SIMULTÂNEO DE QUALQUER CAL NO LOCAL. O ANALYZER BRIDGE INCLUÍDO FORNECE UMA TERFACE EM TEMPO REAL COM O SMAART LIVE 5.4 E LIVE APTURE LIGHT / PRO, FORNECENDO ANÁLISE DE ÁUDIO DIRETA E EDBACK DE MEDIÇÃO DENTRO DO CONTROLADOR.

UM CONTROLADOR DE LAGO PARA TODOS OS PRODUTOS DO LAGO O PROCESSADOR INTEGRA-SE PERFEITAMENTE AO AMBIENTE DE FTWARE DO CONTROLADOR, JUNTAMENTE COM OS ROCESSADORES DOLBY E OUTROS DISPOSITIVOS DE PROCESSAMENTO. O CONTOLADOR FORNECE RECURSOS DE TEAMENTO ESPECÍFICOS, CONFIGURAÇÃO GPIO E CONTROLE DE NERGIA GLOBAL COMBINADO E REGISTRO DE EVENTOS PARA O ROCESSADOR E SEUS COMPONENTES.

DANTE E AES3 AMIGÁVEL - O PROCESSADOR FORNECE A MBINAÇÃO DEFINITIVA DE FLEXIBILIDADE DE SINAL DE ENTRADA SAÍDA E OPERAÇÃO À PROVA DE FALHAS. ENTRADAS DE ÁUDIO O ACEITAS ATRAVÉS DA REDE DANTE, BEM COMO EM NECTORES PARA DIGITAL E ANALÓGICO AES3. A PROGRAMAÇÃO PLES NO CONTROLADOR PERMITE MÚLTIPLOS CENÁRIOS UTOMÁTICOS DE COMUTAÇÃO CONFIGURADOS PELO USUÁRIO. OR EXEMPLO, OS SINAIS PODEM SER DISTRIBUÍDOS PELA REDE ANTE, COM UMA FONTE DE ENTRADA AES3 COM FALHA PARA NALÓGICO - E COM O RESULTADO AUTOMATICAMENTE EM SCATA PARA TODOS OS RECEPTORES DANTE. ALÉM DISSO, A POLOGIA DE REDE DUPLAMENTE REDUNDANTE DO ROCESSADOR PERMITE A COMUTAÇÃO CONTÍNUA EM CASO DE M PROBLEMA EM UM LINK ETHERNET.

M TODAS AS SITUAÇÕES, O PROCESSADOR MONITORA CONSTANET MENTE A REDE E TODAS AS ENTRADAS ATIVAS PARADETECTAR SINAIS DE ÁUDIO ATIVOS, RELÓGIOS DIGITAIS VÁLIDOS E INTEGRIDADE DE REDE VÁLIDA. SE FOREM DETECTADOS PROBLEMAS, A COMUTAÇÃO AUTOMÁTICA DE PRIORIDADE DE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



ENTRADA GARANTE QUE O SHOW CONTINUE. UM TOTAL DE SEIS ROTEADORES DE ENTRADA PODE SER CONFIGURADO INDEPENDENTEMENTE COM ATÉ QUATRO CONFIGURAÇÕES DE PRIORIDADE DE FAILOVER DE ENTRADA. E NO PROCESSADOR A SAÍDA DE QUALQUER UM DESSES SEIS ROTEADORES DE ENTRADA PODE SER CORRIGIDA DIRETAMENTE PARA QUALQUER SAÍDA ANALÓGICA, AES3 OU DANTE - SEM USAR NENHUM DOS VALIOSOS CANAIS DE PROCESSAMENTO DO MÓDULO. AS APLICAÇÕES DO PROCESSADOR INCLUEM:

- CROSSOVER, DELAY E EQ PARA MULTI-WAY, SISTEMAS DE ALTO-FALANTE, LINE DRIVER E SISTEMA EQ PARA AUTO-ALIMENTADO, SISTEMAS DE ALTO-FALANTE, DANTE BREAK-IN / BREAK-OUT, SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE E PARA FOH E ESTÁGIO L / ESTÁGIO R;
- POSSUI PROCESSADOR DE 2 POL / 6 POL, CRIADA COSINE EQUALIZATION, FASE LINEAR E CRUZAMENTOS CLÁSSICOS, LIMITER E LIMITADORES RMS. ATRASO MÁXIMO DISPONÍVEL DE 2 SEGUNDOS;
- ENTRADAS E SAÍDAS DE ÁUDIO. ANALÓGICO COM ISOLAMENTO TERRA ISO-FLOAT, DIGITAL AES3 4 ENTRADAS / 8 SAÍDAS 4-IN / 8- OUT DANTE EM REDE I / O, REDE GIGABIT DUAL REDUNDANT COM ÁUDIO.
- PAINEL FRONTAL, VISOR LEGÍVEL À LUZ DO DIA. MEDIÇÃO LED DE ENTRADA E SAÍDA DEDICADA DO MÓDULO. BOTÕES DE MUDO DE ENTRADA E SAÍDA DE MÓDULO DEDICADOS COM LED. BOTÕES DINÂMICOS E CODIFICADOR ROTATIVO PARA AJUSTE DE PARÂMETROS

- ATUAÇÃO - ALTA QUALIDADE A / D E D / A CONVERSÃO DE 24 BITS. FREQUÊNCIA DE AMOSTRAGEM INTERNA DE 96 KHZ. CAMINHO DE DADOS INTERNO DE PONTO FLUTUANTE DE 32 BITS
- AO CONTROLE - CONTROLE TOTAL VIA APLICATIVO DE SOFTWARE LAKE CONTROLLER. GPIO CONFIGURÁVEL POR SOFTWARE III - 36 CAIXAS ACÚSTICAS SUBWOOFER PASSIVA DE POTÊNCIA 2000W RMS, CADA, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:

- SUBWOOFER DUPLO DE 18" COM SISTEMA DE RIGGING PARA MONTAGENS EM CONJUNTO COM AS DEMAIS CAIXAS DA LINHA OU MODELO;

- OFERECE REFORÇO SONORO DE ALTA QUALIDADE EM VLF (FREQUÊNCIAS MUITO BAIXAS) DE INFORMAÇÃO MUSICAL PARA UMA VARIEDADE DE APLICAÇÕES, INCLUINDO APRESENTAÇÕES DE MÚSICA AO VIVO, E ÁUDIO/VÍDEO DE TODOS OS TIPOS;

- SEUS FALANTES CONTAM TECNOLOGIAS AVANÇADAS COMO CONJUNTO MAGNÉTICO EM NEODÍMIO COM DIFFERENTIAL DRIVE, BOBINA MÓVEL RESFRIADA PELO SISTEMA DIRECT COOLED;

- GABINETES EXTREMAMENTE RÍGIDOS E LEVES PRODUZIDOS ATRAVÉS DE TÉCNICAS AVANÇADAS DE CONSTRUÇÃO COM PLYMAX;

- ACABAMENTO EXTERNO SUPER RESISTENTE A PROVA DE INTEMPÉRIES EM MATERIAL DURA FLEX OU SEMELHANTE; SISTEMA DE SUSPENSÃO INTEGRADO COM LIGAS DE METAL TRATADAS TERMICAMENTE PROPORCIONANDO ALTA RESISTÊNCIA E CONFIABILIDADE NA MONTAGEM DOS ARRAYS. PARA APLICAÇÕES SOLO-EMPILHADOS OU SUSPENSAS EM COMBINAÇÃO COM OUTROS PRODUTOS COMPATÍVEIS;

- PRESSÃO SONORA MÁXIMA: 143 DB SPL;

- FERRAGENS PARA USO EM FLY;

- COMPONENTES: 2 X 2558H / 18" COM BOBINA DUPLA;

- RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 28HZ A 75KHZ (\pm 3DB);

- SENSIBILIDADE: 98 DB;

- IMPEDÂNCIA NOMINAL: 2 X 8 OHMS;

- AMPLIFICAÇÃO RECOMENDADA: 1600 A 2000W RMS 8 OHMS POR CANAL;

- CONEXÕES: 2 X SPEAKONS NL-4

- DIMENSÕES (A X L X P): 49,3 X 122,9 X 86,0 CM;

- PESO: 71 KG

IV - 36 CAIXAS ACÚSTICAS LINE ARRAY DIRETIVA DE ALTA LINHA TRI- AMPLIFICADA DE 03 VIAS DE MÉDIO PORTE MATRIZ E ELEMENTO. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICAÇÕES:

- POSSUI COMPONENTES DE TECNOLOGIA AVANÇADA COM DIFERENCIAL UNIDADE, ÍMÃ DE NEODÍMIO, BOBINA DE VOZ DUPLA, TRANSDUTORES DE CONE ARREFECIDAS DIRETAS PARA O BAIXO PESO E ALTO DÉBITO.

- REFRIGERADOS TRANSDUTORES DE CONE DIRETOS PARA O BAIXO PESO E ALTO DÉBITO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



• POSSUI HF WAVEGUIDE (GUIA DE ONDAS DE ALTA FREQUÊNCIA) UNIDADES CASAL PARA CRIAR PRECISÃO ABERTURA SLOT VERTICAL.

• COM INTEGRADOR DE LIMITE DE RADIAÇÃO (RBI): TECNOLOGIA INTEGRA A PRODUÇÃO DE ELEMENTOS DE BANDA INDIVIDUAIS.

• TÉCNICAS AVANÇADAS DE CONSTRUÇÃO UTILIZANDO PLYMAX QUE FORNECE RIGIDEZ, LEVEZA NA CONSTRUÇÃO DA CARÇAÇA.

• ACABAMENTO EXTERNO SUPER RESISTENTE A PROVA DE INTEMPÉRIES EM MATERIAL DURA FLEX OU SEMELHANTE;

• COM SISTEMA DE SUSPENSÃO INTEGRADA SAFE: LIGAS TRATADOS TERMICAMENTE QUE PROPORCIONAM ALTA RESISTÊNCIA, AS MATRIZES DE SUSPENSÃO CONFIÁVEIS.

• PRÉ-CONCEBIDOS PARA ACEITAR DRIVE COMPATÍVEL, PACOTE ELETRÔNICO AMPLIFICADO. ANEXOS MECÂNICOS PAINEL TRASEIRO E CONEXÕES ELÉTRICAS PARA ASSEGURAR CAMINHO DE ATUALIZAÇÃO PARA O SISTEMA DE AUTO-ALIMENTADO.

• PARA UTILIZAÇÃO EM MATRIZES DE STAND-ALONE OU EM COMBINAÇÃO COM OUTROS MODELOS DO SISTEMA.

• FAIXA DE FREQUÊNCIA 48 HZ - 18 KHZ (-10 DB)

• RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 60 HZ - 16 KHZ (\pm 3 DB)

• CORRENTE NOMINAL CONTÍNUA 2000W LF, MF 600W, 150W HF

• SENSIBILIDADE 98 DB LF, 102 DB MF, HF 114 DB (1W / 1M

• IMPEDÂNCIAS NOMINAIS 2 X 8 OHM LF, 8 OHM MF, 16 OHM HF

• COBERTURA HORIZONTAL 90 GRAUS NOMINAL, 250 HZ - 16 KHZ (-6DB)

• DIMENSÕES (A X L X P): 990,6 MILÍMETROS X 355,6 MILÍMETROS X 508 M

(39 CM X 14 CM X 20 CM)

• PESO: 51,3 KG (113 LB)

V - 08 FRONT FIELDS COM AMPLIFICADORES COMPATÍVEIS PARA O SISTEMA DO PA.

COMPOSIÇÃO DO MONITOR:

03 CONSOLES COM A MESMA CONFIGURAÇÃO UTILIZADA NO PA, 08 PROCESSADORES DE FREQUÊNCIA ESTÉREO COM A MESMA CONFIGURAÇÃO UTILIZADA NO PA, 08 MICROFONES SEM FIO, 80 MICROFONES PARA INSTRUMENTOS MUSICAIS DISTRIBUÍDOS DE ACORDO A FUNCIONALIDADE E APLICAÇÃO COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES:

• MICROFONE DE MÃO UTILIZADO PARA CAIXA E ESTEIRA, TIPO DINÂMICO, CONECTOR XLR, COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 40 X 15000, SENSIBILIDADE-54.5 DB, IMPEDÂNCIA 150 O.

• MICROFONE DE SUPERFÍCIE CONDENSADOR MEIO-CARDIOIDE PARA BUMBO. INCLUI PRÉ-AMPLIFICADOR INTEGRADO E CONEXÃO XLR. COM BAG;

• MICROFONE CONDENSADOR CARDIOIDE PARA INSTRUMENTOS, PRATOS, CAIXA, OVER COM CHAVE ATENUADORA DE 10DB, CHAVE SELETORA DE FREQUÊNCIA, ANTI-PUFF. COM BAG;

• MICROFONE CARDIOIDE DINÂMICO PARA INSTRUMENTOS. IDEAL PARA BATERIAS E PERCUSSÃO. RESPOSTA DE FREQUÊNCIA CONSISTENTE, O E 904, CONSTRUÇÃO EM METAL REFORÇADO, BOBINA DE COMPENSAÇÃO, DIMENSÃO 63 X 41 MM, CONECTOR XLR3, FREQUÊNCIA DE RESPOSTA 40 - 18000 HZ;

• MICROFONE DE MÃO UTILIZADO PARA CAIXA E ESTEIRA, TIPO DINÂMICO, CONECTOR XLR, COM RESPOSTA DE FREQUÊNCIA 30HZ-17000KHZ; PESO: 385 G, SENSIBILIDADE EM CAMPO LIVRE, SEM CARGA (1KHZ) 2 MV/PA \pm 3 DB, IMPEDÂNCIA NOMINAL: 200 O MIN. IMPEDÂNCIA DE TERMINAÇÃO: 200 O, FILTRO ROLL OFF DE GRAVES COM 5 POSIÇÕES EXCELENTE REJEIÇÃO DE MICROFONIA;

• MICROFONE DINÂMICO CARDIOIDE PARA VOZ PRINCIPAL E BACKING COM BAG, RESPOSTA DE FREQUÊNCIA: 50 TO 15,000 HZ; CÁPSULA DE REPOSIÇÃO: R59;

• MICROFONE MINIATURA CONDENSADOR CARDIOIDE PARA INSTRUMENTO COM ALTO NÍVEL DE SPL. INCLUI PRÉ-AMPLIFICADOR RPM626 IN-LINE, ADAPTADOR RK282 SUSPENSÃO ANTI-CHOQUE GIRATÓRIO E CABO FLEXÍVEL TRIPLO DE 15' E BAG;

40 MICROFONES PARA VOCAL COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICA:

• MICROFONE DINÂMICO SUPERCARDIOIDE COM IMÃ? DE NEODÍMIO DE ALTA ENERGIA, PARA APLICAÇÕES DE VOZ. INCLUI BAG;

• MICROFONE DINÂMICO CARDIOIDE COM DUPLO DIAFRAGMA, INCLUI HARD BAG.

30 MONITORES PARA MÚSICOS, 40 DIRECT BOX,

04 AMPLIFICADORES PARA GUITARRA COM A SEGUINTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



ESPECIFICAÇÃO:

• CABEÇOTE - VALVULADO COM 04 CANAIS (MULTI) INDEPENDENTES, DOIS VOLUMES PRINCIPAIS E REVERBERAÇÃO DIGITAL, COM PEDAL DE SEIS CANIS QUE PODE ARMAZENAR COMBINAÇÕES DE EFEITOS FAVORITOS, TEM COMPATIBILIDADE COM SISTEMAS MIDI, EFEITOS REVERB DIGITAL, LOOP DE EFEITOS, 2, 1 X SÉRIE PARALELA, 1 X SÉRIE, O LOOP FX É MIXÁVEL PARA QUE VOCÊ POSSA CONTROLAR A QUANTIDADE DE EFEITOS EXTERNOS SEM PERDER A QUALIDADE DO SINAL. POTÊNCIA DE SAÍDA 100W, SAÍDAS DE ALTO-FALANTE: 5 X TOMADAS DE 1/4 " (16Ω CARGA / 8Ω CARGA / 4Ω CARGA), SAÍDA DE LINHA EMULADA (XLR), MIDI THRU, POSSUI 1 ENTRADA DE INSTRUMENTO DE JACK DE 1/4 ", ENTRADA DE MIDI, PEDAL, O CONTROLE POSSUI SELEÇÃO DE CANAL E MODO (BOTÃO), GANHO (POR CANAL), AGUDOS (POR CANAL), MEIO (POR CANAL), BAIXO (POR CANAL), VOLUME (POR CANAL), REVERBERAÇÃO (POR CANAL), PRESENÇA, RESSONÂNCIA, VOLUME PRINCIPAL SELECT, MASTER VOLUME (COMUTÁVEL PARA CADA CANAL), VÁLVULAS PREAMP 4 X ECC83, 1 X ECC83 (DIVISOR DE FASE), VÁLVULAS DE AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA, 4 X EL34

GABINETE – CONSTRUÍDA EM MDF, 04 FALANTES DE 12", POTÊNCIA 240WATTS RMS, IMPEDÂNCIA 16 OHMS, 01 SAÍDA, DIMENSÃO 77,0X75,5X36,5 CM PESO 35KG

04 AMPLIFICADORES PARA CONTRA BAIXO, 04 AMPLIFICADORES PARA TECLADO, 04 SIDE FIELDS DUPLO COM 08 FALANTES DE SUB GRAVES DE 18", 08 FALANTES DE MÉDIOS GRAVES 12", 08 MÉDIOS AGUDOS (TITÂNIO) CADA

04 SUB PARA BATERIA COM 02 FALANTES DE 18", AMPLIFICAÇÃO PARA TODOS OS EQUIPAMENTOS COMPATÍVEIS.

03 MULTICABO 56 VIAS COM 60M, 03 SISTEMA DE COMUNICAÇÃO PALCO X HOUSE MIX.

02 CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE NO MÍNIMO 5.000 KVA COM ATERRAMENTO.

40 RÉGUAS DE AC 110VOLTS, E 20 DE 220 VOLTS

SISTEMA COM TODOS OS ACESSÓRIOS PARA APRESENTAÇÃO DE CONJUNTOS MÚSICAIS EM PRAÇA PÚBLICA. SERÁ NECESSÁRIO TODO O MATERIAL DE CABEAMENTO PARA O FUNCIONAMENTO DO EQUIPAMENTO E EQUIPE TÉCNICA. (EXEMPLO: PEDESTAIS, GARRAS, CABOS XLR, P10)

BATERIA (ACÚSTICA BÁSICA)

02 (DUAS) BATERIAS CONTENDO CADA UMA:

BATERIA SEM PRATOS, EM PERFEITO ESTADO DE USO, COMPOSTA DE:

01 BUMBO DE 22", 01 TON DE 12", 01 TON DE 13", 01 SURDO DE 16", TODOS COM PELES NOVAS E HIDRÁULICAS 01 CAIXA DE 14", COM PELE POROSA DE ATACK E DE RESPOSTA COM ESTEIRA. 01 ESTANTE DE CAIXA TORRES DE DELAY

02 CONTENDO CADA TORRE NO MÍNIMO:

08 CAIXAS LINE ARRAY COM ESPECIFICAÇÃO IGUAL A DO PA, 01 PROCESSADOR DIGITAL COM ESPECIFICAÇÃO IGUAL AO DO PA, 04 ACÚSTICAS SUBWOOFER PASSIVA DE POTÊNCIA 2000W COM CARACTERÍSTICAS IGUAIS AO PA E AMPLIFICADORES PARA FUNCIONAMENTO DO SISTEMA E COMPATÍVEIS.

OBS: CABOS DE AC E CABO DE SINAL P/ NO MÁXIMO 50 METROS APÓS HOUSE MIX. CABEAMENTO SUFICIENTE PARA FUNCIONAMENTO DE TODO O SISTEMA E EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA PARA OPERAÇÃO DO SISTEMA.

(PÚBLICO DE ATÉ 20 MIL PESSOAS)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



59	LOCAÇÃO MINI TRIO ELÉTRICO TIPO PRANCHÃO - CONTENDO 80 GRAVES- LOCAÇÃO MINI TRIO ELÉTRICO MONTADO EM CHASSIS TRUCADO, NAS MEDIDAS MÍNIMAS PALCO COM 8 X 4M, COMPRIMENTO 12,50M; LARGURA 2,60M E ALTURA 4,20M, COM PASSARELA SUPERIOR (SEGUNDO PALCO), COM 01 GERADOR DE ENERGIA ELÉTRICA DE 80KVA, COM SISTEMA DE SONORIZAÇÃO COMPOSTO DE P.A. FRENTE – 24 GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 TITANIUM; P.A. FUNDO – 24 GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 TITANIUM; P.A. LATERAL (L) – 16 SUB GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 DRIVER TITANIUM, P.A. LATERAL (R) – 16 SUB GRAVES, 16 MÉDIO GRAVES, 16 DRIVER TITANIUM, AMPLIFICAÇÃO E PROCESSAMENTO COMPATÍVEL COM O SISTEMA, MONITOR 06 MONITORES SM400 OU SIMILAR, 1 MESA DE 01 V YAMAHA 32 CANAIS OU SIMILAR; 2 POWER PLAY BEHRING 8 CANAIS OU SIMILAR; 2 MONITORES 2 X 12; 1 SIDE PARA BATERIA 2 X 15, 01 AMPLIFICADO PARA BAIXO, 01 AMPLIFICADOR PARA GUITARRA; 1 KIT DE MICROFONES PARA BATERIA SHURE COM 6 PEÇAS OU SIMILAR, 8 MICROFONES PARA VOZ SHURE OU SIMILAR; 16 MICROFONES PARA PERCUSSÃO, 1 MICROFONE UHF SEM FIO SHURE OU SIMILAR; 10 PEDESTAIS; 10 GARRAS LP, 1 BATERIA COMPLETA, 8 FONES PORTA PRÓ OU SIMILAR; E COM SISTEMA DE ILUMINAÇÃO COMPOSTO DE 16 PAR LED, 08 REFLETORES LUZ BRANCA 1000W, 01 MESA DMX.	DIARIA	10
60	MESA PLÁSTICA - MESA NA COR BRANCO, EM PVC, EMPILHÁVEL, FORMATO QUADRADO; ALTURA MÍNIMA DE 70CM; TAMPO QUADRADO COM NO MÍNIMO 65CM EM CADA LADO	DIARIA	100
61	CADEIRA PLÁSTICA - CADEIRA MONOBLOCO, NA COR BRANCO, EM PVC, SEM BRAÇOS, EMPILHÁVEL, ESPALDAR ALTO; CAPACIDADE MÍNIMA DE 140 KG; ALTURA DO ASSENTO COM, NO MÍNIMO, 38 CM E, NO MÁXIMO, 49 CM; LARGURA DO ASSENTO COM, NO MÍNIMO, 34CM E, NO MÁXIMO, 77 CM; PÉS COM MATERIAL ANTIDERRAPANTE.	DIARIA	1000
62	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM - COMPLETA INCLUÍDO CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO E JANTAR. ESTADIA EM SUÍTE (QUARTO COM BANHEIRO), AR CONDICIONADO	DIARIA	800
63	SERVIÇOS DE CAMARIM – TIPO 01** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMARIM COM OS SEGUINTE ITENS: 30 GARRAFAS DE 500ML DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS / 01 BANDEJA DE FRUTAS DA ÉPOCA / 01 CENTRO DE SALGADOS VARIADOS / 01 BOLO SABOR VARIADO / 01 JARRA DE ÁGUA DE COCO (1 LITRO) / 02 TOALHAS DE BANHO BRANCA / 20 CAIXA DE SUCO (D'VALE OU SIMILAR) / 01 GARRAFA DE REFRIGERANTE DE 02 LITROS / 08 ENERGÉTICOS 250ML (RED BULL OU SIMILAR) / 40 SANDUÍCHES NATURAIS / 02 LITROS DE SUCOS NATURAIS / 01 PACOTE DE GUARDANAPO DE PAPEL / 01 PCT DE COPO DESCARTÁVEL 200ML / 01 MESA / 05 CADEIRAS / 01 GARRAFA DE CAFÉ FRESCO E ADOÇADO / 01 ARARA COM CABIDES / 01 ESPELHO GRANDE / 01 SOFÁ / 06 TALHERES	SERV	30
64	SERVIÇOS DE CAMARIM – TIPO 02***PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CAMARIM COM OS SEGUINTE ITENS: 90 GARRAFAS DE 500ML DE ÁGUA MINERAL SEM GÁS / 02 BANDEJAS DE FRUTAS DA ÉPOCA / 02 CENTROS DE SALGADOS VARIADOS / 02 BOLOS SABORES VARIADOS / 02 JARRAS DE ÁGUA DE COCO (1 LITRO) / 03 TOALHAS DE BANHO BRANCA / 40 CAIXAS DE SUCO (D'VALE OU SIMILAR) / 03 GARRAFAS DE REFRIGERANTE DE 02	SERV	30



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



LITROS / 20 ENERGÉTICOS 250ML (RED BULL OU SIMILAR) / 40 SANDUÍCHES NATURAIS / 04 LITROS DE SUCOS NATURAIS / 01 PACOTE DE GUARDANAPO DE PAPEL / 01 PCT DE COPO DESCARTÁVEL 200ML / 02 MESAS / 10 CADEIRAS / 02 GARRAFA DE CAFÉ FRESCO E ADOÇADO / 01 ARARA COM CABIDES / 01 ESPELHO GRANDE / 01 SOFÁ / 12 TALHERES	
--	--

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;)
(inciso VI do § 1º da Lei 14.133/21 e Resolução nº. 03, de 29 de março de 2023.

5. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO (inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Resolução nº. 03, de 29 de março de 2023.

Quanto ao parcelamento dos itens que entregam o objeto, a lei prevê serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. A licitação ocorrerá por lotes conforme determina a lei.

6. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis) - (inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Resolução nº. 03, de 29 de março de 2023.

A contratação proposta neste estudo trará benefícios conforme necessidades das secretarias municipais do município de Várzea da Roça– Bahia.

Os resultados pretendidos com a presente contratação buscam-se também, atender ao princípio da economicidade, cuja meta é a obtenção da melhor relação custo-benefício possível que uma alocação de recursos financeiros, econômicos e administrativos possa alcançar, permitindo assim que o fornecimento seja realizado de forma rápida, econômica e sustentável.

7. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de produtos e refugos, quando aplicável) (inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Resolução nº. 03, de 29 de março de 2023.

A realização de eventos públicos com utilização de estruturas temporárias pode ocasionar impactos ambientais diretos e indiretos, os quais devem ser considerados e mitigados pela



empresa contratada, em consonância com a legislação ambiental vigente e os princípios da sustentabilidade:

- a) Geração de resíduos sólidos: Durante a montagem, realização e desmontagem dos eventos, é comum a geração de resíduos como embalagens, plásticos, papel, restos de materiais de construção leve, cabos, entre outros. O acúmulo e descarte inadequado desses resíduos podem causar poluição do solo e visual, além de impactos na saúde pública.

Mitigação: A empresa contratada deverá realizar a limpeza diária das áreas utilizadas e o descarte correto dos resíduos sólidos, com separação seletiva e encaminhamento para destino ambientalmente adequado. Sempre que possível, utilizar materiais reutilizáveis ou recicláveis.

- b) Emissão de gases e poluição sonora: A utilização de geradores a combustão e de sistemas de som de alta potência pode gerar emissão de gases poluentes (CO₂ e particulados) e causar poluição sonora acima dos limites aceitáveis, prejudicando a fauna urbana e a população do entorno.

Mitigação: Os geradores deverão ser silenciosos e bem regulados, com manutenção preventiva realizada. O uso do som deve respeitar os limites definidos pela legislação municipal e normas da ABNT (NBR 10.151/10.152), com controle de volume e horário de funcionamento.

Compromisso ambiental da contratada:

A empresa deverá adotar práticas sustentáveis em todas as etapas do serviço, comprometendo-se com:

- a) Redução dos impactos ambientais;
- b) Responsabilidade pelo descarte e tratamento adequado de resíduos e efluentes;
- c) Recuperação das áreas utilizadas, sempre que necessário.

8. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

Após avaliar as necessidades do município de Várzea da Roça, e as características da solução apontada como mais adequada a suprir as exigências, foi concluído que a contratação dessa solução possui as características técnicas, operacionais e orçamentárias adequadas para a implementação. Além disso, a solução também é compatível com os requisitos identificados na demanda de contratação, o que a torna uma escolha viável e adequada para atender às necessidades da Prefeitura Municipal e suas repartições. Dessa forma, a contratação da solução proposta pode trazer benefícios significativos para o sistema de fornecimento, diante da necessidade da gestão municipal e para a população em geral.



9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta é prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA, a fim de atender a Prefeitura Municipal de Várzea da Roça e suas Secretarias. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto.

Em regra, conforme disposições estabelecidas na alínea b, inciso V, do art. 40 da Lei n.º 14.133/21, o planejamento da compra deverá atender, entre outros, ao princípio do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação, por meio de registro de preços, visa alcançar os seguintes resultados:

- a) Execução do calendário anual de eventos com qualidade e segurança: Realizar com sucesso as festividades culturais, cívicas e religiosas previstas no planejamento municipal, oferecendo infraestrutura adequada e segura para artistas, público e equipe técnica envolvida;
- b) Garantia de bem-estar e conforto ao público participante: Proporcionar ao cidadão um ambiente estruturado, confortável e acessível, com equipamentos modernos, sanitários limpos, som de qualidade, iluminação apropriada e áreas cobertas, contribuindo para a experiência positiva dos eventos;
- c) Valorização das manifestações culturais e identidade local: Promover e preservar a cultura e as tradições populares do município, incentivando a participação comunitária, o orgulho local e a transmissão do patrimônio imaterial às futuras gerações;
- d) Estímulo à economia local: Incentivar a geração de renda por meio do aumento do fluxo de pessoas nos eventos, o que favorece diretamente ambulantes, comerciantes, artistas locais, fornecedores e prestadores de serviços informais;



e) Fortalecimento da imagem institucional da gestão municipal: Executar eventos bem-organizados que reflitam o comprometimento da administração com a cultura, o lazer e a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina) (inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e Resolução nº. 03, de 29 de março de 2023).

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

Justificativa da Viabilidade:

Em face da necessidade de contratação de empresas para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital, justifica a abertura do presente procedimento licitatório.

Maicon Rios Figueredo
Secretário Municipal de Administração



ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:		EMAIL:
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:		

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND.	QUANT.	MARCA/ MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01						
	02						

VALOR TOTAL DA PROPOSTA:

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

OBS: Nos termos da cláusula instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



ANEXO III

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa Empresa não está incurso em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS
PREVISTO EM LEI**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, ____ de _____ de 202X.

(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico nº 0XX/2025 - SRP**, promovido pela PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA - BAHIA, inscrita no CNPJ nº 13.896.758/0001-00, situada na Praça da Bandeira, nº 125, Centro, Várzea da Roça, Estado da Bahia, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/20XX**, que a empresa _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO VI

**MODELO DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º,
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI
14.133/2021).**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____ (CNPJ Nº), sediada no (a) _____ (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e CPF nº _____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

Sim()

Não ()

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA
ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da
Lei nº 14.133/2021).**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

A _____ (RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), _____(CNPJ Nº), sediada no (a)_____ (ENDEREÇO COMPLETO), por intermédio de seu responsável legal _____, portador da Carteira de Identidade nº_____ e CPF nº_____, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, ____ de _____ de 20XX.

(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



ANEXO VIII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº XXXX-2025

Ao xxxxxxxxxxxx dia do mês de xxxxxxxxxxxx do ano de dois mil e vinte e quatro, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA**, Estado da Bahia, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ 13.896.758/0001-00, com sede na Praça da Bandeira, 125, Centro, Várzea da Roça, Estado da Bahia, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. Danillo Santos Sales Rios, inscrito no CPF 017.864.995-33, residente e domiciliado na Rua Padre João Farias, nº 22, Alto da Colina, Várzea da Roça – Bahia, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx, situada na (endereço completo), neste ato representada por seu(ua) Proprietário/Sócio administrador, o(a) Sr.(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito no CPF xxx.xxx.xxx-xx, portador da Carteira de Identidade xxxxxxxxxxxx-xx Órgão expedidor XXX/XX, residente e domiciliado na (endereço completo), conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Ata de Registro de Preço, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XX/2025** e Processo Administrativo XX/2025, Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.2 1.1 A presente Ata de Registro de Preço tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada lote, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem no Anexo Único deste termo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

3.1 A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura. É admitida sua prorrogação quando os preços continuarem se mostrando mais vantajosos e desde que haja anuência das partes.



3.2 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura não será obrigada a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

PARÁGRAFO ÚNICO – PREÇOS REGISTRADOS

Sendo o valor total registrado pela empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** na presente Ata em **R\$ xx.xxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)**.

PLANILHA

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos orçamentários necessários ao atendimento da presente Licitação, correrão por conta dos recursos da dotação orçamentária, do orçamento vigente, alocados na Autorização de Fornecimento de Material, Nota de Empenho e/ou Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A partir da assinatura desta ata de registro de preços, o licitante se obriga a cumprir, na sua íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas, bem como daquelas previstas no Termo de Referência.

5.2. A existência da Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a realização de outras licitações para aquisição dos mesmos produtos, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5.3. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante a retirada da nota de empenho.

5.4. O fornecedor fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência da ata de registro de preços, desde que não ultrapassem a estimativa de consumo anual estabelecida na proposta financeira.

5.5. Quando, por motivo superveniente, o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado a Administração tomará as seguintes providências:

a) convocará o fornecedor visando a negociação para redução dos preços e sua adequação aos praticados no mercado;



- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocarão os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.6. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

5.7. O preço registrado poderá ser cancelado nos seguintes casos:

5.7.1. Pela Administração, quando:

- a) o fornecedor não cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao registro de preços;
- b) o fornecedor não retirar o instrumento equivalente (nota de empenho) no prazo estabelecido, desde que não aceite sua justificativa pela Administração;
- c) o fornecedor der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços;
- d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;
- e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) opor razões de interesse público, devidamente fundamentado.
- g) comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº. 14.133/93.

5.7.1. Pelo Fornecedor, quando:

- a) Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem a Ata de Registro de Preços.

5.8. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se comprovante nos autos que deram origem ao registro de preços.

5.9. A solicitação do fornecedor para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceite as razões do pedido.

5.10. O segundo classificado só poderá fornecer à Administração quando houver se esgotado a capacidade de fornecimento do primeiro.



5.11. O detentor ficará obrigado a atender todas as ordens de fornecimento emitidas durante a vigência da ata de registro de preços, mesmo se a entrega dela decorrente for prevista para data posterior ao vencimento da ata.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO DE PREÇO

6.1. A qualquer tempo o preço registrado poderá ser revisto, nas hipóteses de redução do preço praticado no mercado ou quando houver, comprovadamente, necessidade de se manter o equilíbrio econômico financeiro desde que não haja obrigação pendente, em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

6.2. Havendo alteração de preços tabelados por órgãos oficiais competentes, os preços poderão ser reajustados de conformidade com as modificações ocorridas.

6.3. Na hipótese de redução do preço praticado no mercado, a Administração fica obrigada a convocar os fornecedores registrados para renegociar o novo valor.

6.4. Em qualquer caso, a revisão do preço registrado não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. Fornecidos os materiais/serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, mediante solicitação da secretaria de Administração, a(s) nota(s) fiscal(is) /fatura(s), emitida(s) para fins de protocolização, liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

- a) Nota(s) Fiscal(is) para registro no Setor de Protocolo.
- b) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
- c) Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF.
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), demonstrando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos da Lei nº 11.440, de 7 de julho de 2010.
- e) Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Estadual e Municipal, do domicílio sede do licitante.

7.2. O pagamento devido à Contratada será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias após a entrega do material com a nota fiscal/fatura atestada, emitida em nome da Contratante, no valor e condições estabelecidas neste termo.

7.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações acima especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira.



7.4. Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos, aceitos e aprovados pela Município.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA, LOCAL, PRAZOS E CONDIÇÕES

8.1. A CONTRATADA deverá fornecer os itens da presente Ata de Registro de Preço no prazo estabelecido no contrato, conforme a Ordem de Fornecimento. O prazo para começar o serviço ou entrega será de 7 dias úteis após a solicitação da Secretaria.

8.2. O LICITANTE obriga-se a executar o objeto deste Termo, em conformidade com as especificações descritas na sua proposta, sendo de sua inteira responsabilidade substituições parciais ou totais no quantitativo, caso não estejam em conformidade com as referidas especificações, ficando o Município com o direito de rejeitar no todo ou em parte o material entregue;

9. CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DA ATA

9.1. O fornecedor garante que o objeto será entregue no prazo e qualidade contidos no processo Licitatório, nas quantidades solicitadas na respectiva nota de empenho e no presente Instrumento.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

10.1. DOS DIREITOS:

10.1.1. Constitui direito de o Município receber o objeto desta ata quando for solicitado, nas condições avençadas, e do fornecedor perceber o valor ajustado na forma e prazos convencionados.

10.2. DAS OBRIGAÇÕES:

10.2.1. Além daquelas previstas no Termo de referência, também constituem obrigações do Município:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar ao fornecedor as condições necessárias a regular execução das obrigações assumidas.

10.2.2. Além daquelas previstas no Termo de referência, também constituem obrigações do fornecedor:

- a) Manter durante toda a execução da ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;



- b) Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução da presente ata;
- c) Entregar o objeto desta ata, conforme convencionado, sem qualquer encargo ou despesa para o Município
- d) Efetuar a entrega dos produtos em perfeitas condições, de forma parcelada, de acordo com as quantidades indicadas na Ordem de Fornecimento, com as especificações constantes no presente Termo, dentro do prazo máximo estabelecido, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento emitida pela Secretaria demandante.
- e) Deve conter características, qualidade, composição, peso, validade da garantia.
- f) Substituir os produtos fornecidos em desacordo com a proposta de preços e as especificações constantes do objeto deste Termo, ou que porventura sejam entregues com defeitos, e em desacordo ou com imperfeições, cabendo ao licitante vencedor providenciar a reposição, em no máximo 24 (vinte e quatro) horas, sem ônus para o Município.
- g) Comunicar, antecipadamente, a data e o horário da entrega, não sendo aceito o produto que estiver em desacordo com as especificações constantes deste Termo.
- h) Dar ciência ao Município, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da entrega dos produtos.
- i) Responder, independentemente de culpa, por qualquer dano pessoal ou patrimonial ao Município, ou ainda a terceiros, na execução do objeto deste Termo e da licitação, não sendo excluída, ou mesmo reduzida, a responsabilidade pelo fato de haver fiscalização ou acompanhamento pela Secretaria Municipal de Administração.
- j) Manter, durante todo o período de entrega, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, quando da realização do pagamento pelo Município, comunicando, imediatamente, a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessa condição, nos termos da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.
- k) Cumprir outras obrigações previstas no Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90) que sejam compatíveis com o regime de direito público.
- l) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar a esta Prefeitura ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita.
- m) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município.
- n) Arcar com os custos relativos à manutenção dos veículos/máquinas/equipamentos, além dos custos dos condutores;
- o) A futura contratada deverá disponibilizar de quantos equipamentos o município necessite, até o limite de horas a ser contratado.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INEXECUÇÃO DA ATA

11.1. O fornecedor reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa, previstos no Art. 137 da Lei Federal nº. 14.133/21.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES E MULTAS



12.1. Havendo descumprimento de qualquer uma das condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e nesta Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos art. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/21, e conforme as disposições seguintes:

12.1.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

- a) Der causa à inexecução parcial ou total do contrato; a. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- b) Não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- c) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- e) Apresentar declaração ou documentação falsa;
- f) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- i) Praticar ato lesivo previsto no art. 50 da Lei nº 12.846/2013.

12.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa de 20% (vinte por cento), do valor do contrato;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

12.5. No caso de cometimento das infrações elencadas no item acima, a CONTRATADA poderá ser sancionada com multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, até o limite de 20% (vinte por cento);

12.6. Configurar-se-á a inexecução parcial do objeto, entre outras hipóteses, quando decorridos 10 (dez) dias do término do prazo estabelecido para a execução do contrato, houver fornecimento do objeto pela CONTRATADA, mas não em sua totalidade;



12.7. No caso de inexecução parcial do objeto a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor total do contrato;

12.8. O contrato será rescindido unilateralmente pela Administração, nos casos de inexecução parcial ou de inexecução total do objeto, sem prejuízo da aplicação das sanções nele previstas e em legislação específica;

12.9. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas à CONTRATADA;

12.10. Se o valor a ser pago à CONTRATADA não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial;

12.11. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA à CONTRATANTE, aquela será encaminhada para inscrição em dívida ativa;

12.12. O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais nele previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 139, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo primeiro: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurado a ampla defesa e o contraditório.

Parágrafo segundo: A aplicação da penalidade de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na Lei nº. 14.133/21.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Eletrônico nº xx/2025, seus anexos e as propostas classificadas.

13.2. Na hipótese de o fornecedor primeiro classificado ter seu registro cancelado, poderão ser convocados os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, independentemente da cominação prevista no art. 90 da Lei 14.133/21 e posteriores alterações.

13.3. Observados os critérios e condições estabelecidas na presente Ata, a Administração poderá comprar de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração, observadas as condições do Edital e o Preço Registrado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



13.4. O Registro de Preços poderá ser cancelado ou suspenso pela Administração, por interesse público ou por fatos supervenientes, desde que amplamente justificado, sem que caibam quaisquer direito ou indenização.

13.5. Fica eleito o foro da comarca de Mairi – Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciado as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.6. E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em 02 vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surtam todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

Prefeitura Municipal De Várzea Da Roça
Contratante

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Secretário Municipal de Administração

Decreto xx/202x de xx de xxxxx de 202x

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Cnpj Xx.Xxx.Xxxx/Xxxx-Xx
Contratada

TESTEMUNHA 1: _____

CPF: _____

TESTEMUNHA 2: _____

CPF: _____



ANEXO IX

MINUTA DE CONTRATO Nº XXXX-2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº XX/2025

Processo Administrativo nº XX/2025

Termo de Contrato que entre si fazem o
MUNICÍPIO DE VÁRZEA DA ROÇA e a
Empresa **XXXXXXXXXXXX**

A Prefeitura de Várzea da Roça, com sede na Praça da Bandeira, nº 125, Centro, na cidade de Várzea da Roça, Estado da Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº 13.896.758/0001-00, neste ato representada pelo Sr. Danillo Santos Sales Rios, Prefeito, através do, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico XXXXXXXXXX** e Processo Administrativo XXXX, Tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, que se regerá pelas suas normas, pela Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e pelas demais disposições pertinentes.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de sistema de som, palco, iluminação, geradores, toldos, painéis de Led, sanitários químicos, decoração e toda estrutura de apoio para os eventos tradicionais a serem realizados no Município de Várzea da Roça/BA, conforme quantidades e especificações expostas em Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO ITEM	QUANTIDA DE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1				
2				

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar;

1.3.2. O Edital da Licitação;



- 1.3.3. A Proposta do contratado;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data de assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. O XXXXXXXX contratado será realizado por execução indireta.

3.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- A) Localidade (Na cidade de Várzea da Roça);
- B) Prazo para o começo da prestação dos serviços será de 7 dias úteis após o recebimento de ordem de fornecimento por parte da secretaria.

3.3. A CONTRATADA deverá executar o objeto utilizando-se dos materiais e equipamentos necessários à perfeita execução, conforme ordem de solicitação emitida pela Secretaria solicitante.

4. CLÁUSULA QUARTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL

4.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



- 4.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 4.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 4.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 4.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 4.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 4.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 4.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 4.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 4.13. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 4.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 4.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

4.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

4.17. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

4.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5. CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6. CLÁUSULA SEXTA – PREÇO

6.1. O valor global da contratação é de R\$ (.....), sendo o valor unitário conforme proposta de preço.

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DO OBJETO:

7.1. O objeto será realizado provisoriamente, de forma sumária, no começo dos serviços, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, inclusive antes do começo dos serviços, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



7.3. A prestação do serviço será efetuada, conforme ordem de fornecimento devendo o fornecedor começar a realização do serviço no prazo máximo de 7 dias uteis.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

LIQUIDAÇÃO:

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo para fins de liquidação.

7.9. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.10. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta própria do Município, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.11. A Administração deverá: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



7.12. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

PRAZO DE PAGAMENTO:

7.16. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

FORMA DE PAGAMENTO:

7.17. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:



8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Unidade:

Projeto Atividade:

Elemento de Despesa:

Fonte de Recurso:

8.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE DE PREÇO:

9.1. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, comprovadamente, praticadas no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença.

9.2. O preço poderá ser reajustado, contados da data de celebração deste ajuste, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – INPC ou por outro indicador que venha substituí-lo.

9.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.7. Caso o contratado solicite revisão ou repactuação do valor contratado, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) para deferir ou indeferir o pedido.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV):



São obrigações do **CONTRATANTE**:

- 10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos.
- 10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
- 10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
- 10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.
- 10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
- 10.8. Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
- 10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 10.10. A Administração terá o prazo de 30 (trintas) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 10.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 10.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII):

- 11.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data Do começo dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.



11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

11.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

11.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

11.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



11.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII):

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV):

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- IV. **Multa**:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



1. moratória de 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias;
 2. compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
- 13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).



13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

13.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):

14.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- d) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- e) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- f) O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



14.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASOS OMISSOS (art. 92, III):

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas código civil e na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÕES:

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

17.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DA ROÇA



17.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

17.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

17.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

17.6. A fiscalização decorrente desta contratação na **Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX**, será acompanhada e fiscalizada pelo(a) servidor(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, matrícula N° XXX - titular e **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, matrícula n° XXX – suplente, nomeados pela **Portaria n° XX/202X, de XX de XXXX de 202X**, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

17.7. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

17.9. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

17.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

17.11. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

17.12. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de



imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

17.14. O **Gestores do Contrato**, da Prefeitura de Várzea da Roça – Bahia, como Gestores de Contratos, abaixo discriminados:

- I. Secretaria Municipal de XX**
Gestor de Contratos: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX - Secretário Municipal de XX – matrícula nº XXXXX

17.14.1. Com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- I - analisar a documentação que antecede o pagamento;
- II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- III - analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- IV - analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
- V - acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
- VI - decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

17.15. O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

17.16. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO:

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mairi – BA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

18.2. Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXX-BA, ____ de _____ de 2025.



PREFEITURA MUNICIPAL DE **VÁRZEA DA ROÇA**



PREFEITURA MUNICIPAL VÁRZEA DA ROÇA – BA
CNPJ: 13.896.758/0001-00
CONTRATANTE

EMPRESA XXXXXXXXX
CNPJ: XXXXXXXXX
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____.
2. _____.